MEMÓRIAS SÔBRE A INFLUÈNCIA DOS DESCOBRIMENTOS DOS PORTUGUESES NO CONHECIMENTO DAS PLANTAS

I - MEMÓRIA SÔBRE A MALAGUETA

PELO

CONDE DE FICALHO

(APRESENTADA À ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA)

2.ª edição prefaciada e revista

Por RUY TELLES PALHINHA

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS | MCMXLV

Inst. Bot. de Coimbra
B-76/3-6

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

Para a Biblioteca do
Instituto do Doutor Júlio Henriques

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

I - MEMÓRIA
SÔBRE A MALAGUETA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

MEMÓRIAS SÔBRE A INFLUÊNCIA DOS DESCOBRIMENTOS DOS PORTUGUESES NO CONHECIMENTO DAS PLANTAS

I-MEMÓRIA SÔBRE A MALAGUETA

PELO CONDE DE FICALHO

(APRESENTADA Â ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA)

2.ª edição prefaciada e revista

Por RUY TELLES PALHINHA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO BOTÂNICO
(BIBLIOTECA)
REGISTO DE ENTRADA
Nº DB-353 ANO 1999
-3. FEV. 1999

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES E BIBLIOTECA
AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS
LISBOA / MCMXLV

Esta publicação foi autorizada por despacho de S. Ex.ª o Ministro das Colónias, de 25 de Abril de 1944

MEMÓRIAS SÔBRE A INFLUÊNCIA DOS DESCOBRIMENTOS DOS PORTUGUESES NO CONHECIMENTO DAS PLANTAS

I—MEMÓRIA SÔBRE A MALAGUETA

(Apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa)

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

TODOS os movimentos sociais realizam-se com intensidade variável, intensidade que descreve um movimento pendular. Há certo período, durante o qual se manifesta grande interêsse por determinado assunto, êsse interêsse decresce e, gradualmente, vai-se como que anulando; mas, sùbitamente, varia de direcção e aquilo que já não chamava a atenção de quem quer que fôsse, volta a aparecer, volta a ser discutido e apreciado.

No nosso país o fenómeno dá-se, como não podia deixar de ser, e a reedição desta «Memória» é conseqüência dêle. O desejo de tornar conhecidos valores portugueses foi muito grande no século XIX, principalmente quando do seu início, e numerosos trabalhos foram publicados, uns escritos nessa mesma época, outros elaborados em tempo anterior, provando-se assim que os trabalhadores do espírito não tinham desaparecido inteiramente. Porém, apesar de tôda a actividade, diversas produções ficaram esquecidas, sepultadas, quer nos arquivos das Sociedades e Academias, quer nas Bibliotecas, expostas tanto ao pó material como à poeira do esquecimento; um novo período de marasmo, felizmente de curta duração, invadiu a nossa mentalidade, activada seguidamente no desejo de tornar conhecidos trabalhos que haviam tido valor, valor científico, valor literário, valor nacional, sempre.

A republicação da «Memória sôbre a Malagueta», que, em 1877, o Conde de Ficalho, aguçado espírito de investigador, apresentara à «Academia Real das Sciencias de Lisboa», pouco depois de ter sido eleito seu sócio correspondente, é a justa e necessária exumação de um trabalho que, além de honrar o Académico e o Professor, foi escrito tendo

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

em vista ilustrar a raça portuguesa, elevar o nome dos nossos navegadores e escritores dessa notável, notabilíssima época da nossa História Pátria, compreendida nos séculos XV e XVI.

Bem haja, — como vernàculamente diz o povo português, — a Agência Geral das Colónias ao desenterrar dos arquivos e ao trazer a público, êste trabalho que estava outrora destinado a ser o primeiro duma série em que fôsse estudada a influência exercida pelos nossos descobrimentos no conhecimento das plantas.

É pena que o intuito não tivesse tido continuïdade, pois outros trabalhos cheios de interêsse poderia o sábio Conde de Ficalho ter trazido a lume, atendendo às muitas plantas cujo conhecimento, pela Europa culta, se deve aos portugueses. E a minha lástima é tanto maior quanto era de esperar que essas monografias fôssem modelares como esta é.

Nela, o homem, que no campo científico apenas se tinha feito notar como exímio professor e mestre insigne, e começado a publicar estudos de sistemática, revela-se escritor distinto, expositor de mérito incontestável, possuïdor de vastíssima erudição, produto de leitura extremamente aturada na qual adquirira cópia invulgar de conhecimentos históricos, geográficos, lingüísticos e botânicos.

A «Memória sôbre a Malagueta» é, sem dúvida alguma, a precursora da «Flora dos Lusíadas», êsse hino ao imortal épico português, que o autor publicou em 1880, a quando do tricentenário da morte de Camões.

Seria pretencioso alterar, a não ser na grafia que foi actualizada, o original da 1.ª edição; mas pareceu-me necessário acrescentar anotações, uma ou outra observação sôbre factos ocorridos de 1878 até agora, notas estas elucidativas de dúvidas que transparecem da leitura pensada desta monografia, pequena, sim, porém muito elucidativa.

Janeiro de 1945.

PROF. RUY TELLES PALHINHA

INTRODUÇÃO

OS descobrimentos dos portugueses nos séculos XV e XVI constituem uma das feições mais salientes da época, porventura a mais notável da história. Naquele período em que o espírito humano, quebrando as peias das severas e estreitas tradições da Idade Média e parecendo ter a intuïção de tudo quanto é elevado e belo, abre novos horizontes nas ciências, nas letras e nas artes, os limites do mundo físico tornam-se, como os do mundo moral, apertados para as aspirações de uma grande e forte geração e rasgam-se como êles, perante o seu singular poder expansivo. Um povo pequeno, situado no extremo ocidental do Mundo até então explorado, lançando-se em perigosas e heróicas aventuras nos mares incógnitos e tenebrosos, dá o primeiro impulso a uma série de descobrimentos, que, em menos de um século, dobram perante as nações maravilhadas a extensão das terras conhecidas. Mares e climas novos, raças humanas ignoradas, animais e vegetais estranhos e variados se patenteiam, em rápida sucessão, a uma geração curiosa e ávida de informações. Mais de uma vez se tem apontado, o quanto êstes novos aspectos do mundo físico deviam influir nos ânimos, alargando as idéias e destruindo antigos

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

preconceitos; mas não cabe neste trabalho o quadro, nem mesmo o esbôço, de tais transformações.

Limitando-nos rigorosamente ao nosso assunto, é lícito afirmar, que em época alguma se acrescentaram tantas e tão variadas formas vegetais ao pecúlio das já conhecidas. A vegetação inteiramente nova das terras de Santa Cruz ou da África meridional e as ricas floras da Índia, do Arquipélago malaio e da China, antes apenas entrevistas e agora observadas de perto, enriqueceram, por modo sem igual em tão curto período, o conhecimeito do mundo vegetal.

É certo que as plantas se não estudaram então sistemàticamente, e muitos anos decorreram, antes que as formas vegetais se grupassem com método e se descrevessem com rigor. Todavia grande número de ricos e úteis produtos vegetais atraíram desde logo as atenções, e encontramos dispersas nas obras dos navegadores e escritores portugueses e espanhóis muitas notícias curiosas, e muitas informações exactas sôbre a sua natureza e a sua origem. Basta citar, entre muitos outros, Duarte Barbosa, Tomé Pires, Garcia da Orta, Cristóvão da Costa, Oviedo, e Nicolau Monardes para provar com quanto interêsse e, em muitos casos, com que espírito de rigor científico se observaram as plantas então descobertas.

Estudar sob êste ponto de vista a história dos nossos descobrimentos e do nosso domínio nas terras de África, da Ásia e da América, buscando nos documentos contemporâneos as provas do conhecimento que os portugueses tiveram dos vegetais e esclarecendo à luz da moderna ciência alguns pontos duvidosos ou obscuros das suas narrações, seria sem dúvida muito interessante e útil. Ao interêsse, que se liga à elucidação de mais uma conseqüência daquele grande facto histórico, reúne-se uma verdadeira utilidade científica, porque as ciências naturais não vivem só do presente, não se desenvolvem ùnicamente pelas recentes observações e pelas descrições de novas espécies, mas vivem também do passado

e adquirem vigor e autoridade, quando os períodos do seu aperfeiçoamento se prendem às sucessivas fases da evolução do espírito humano.

Considerado êste estudo de um modo geral daria lugar a um trabalho em extremo difícil e longo, pois só teria valor quando apoiado em provas, que demandam demoradas investigações. É, porém, possível reúnir a pouco e pouco materiais para êsse trabalho de maior vulto em notícias especiais sôbre plantas, regiões, ou épocas particulares. Eis o que tentei nesta memória em relação a uma planta que teve uma época de celebridade.

Refiro-me ao *Amomum Granum-paradisi* (1), cujas sementes foram conhecidas dos nossos navegadores sob o nome de *malagueta.* Esta substância tem hoje pouca importância, e quási anda esquecido o seu nome e aplicado vulgarmente aos frutos de outra planta, que com a malagueta da África não tem relações nem semelhança. Não sucedeu porém sempre assim, e, como ao diante veremos, foi droga muito procurada e apreciada. Das especiarias, que na Idade Média gozavam de nomeada, foi a *malagueta* a primeira que os navegadores portugueses encontraram logo no comêço dos seus descobrimentos e a primeira de cujo tráfico se senhorearam desviando-o dos caminhos até então seguidos e tanta importância adquiriu nas suas mãos, que uma parte do litoral africano veio a receber o nome de Costa da Malagueta. Primeira, na data do descobrimento, entre as especiarias que enriqueceram o nosso comércio, pareceu-me que a malagueta devia ser o assunto desta primeira memória.

(1) Vide Nota da 2.ª edição, pág. 75.

I

DO CONHECIMENTO QUE HOUVE DA MALAGUETA ANTES E DURANTE AS VIAGENS DOS PORTUGUESES

É muitas vezes difícil, e não poucas impossível, averiguar a que plantas se referem os autores antigos, encontrando-se em suas descrições, quási sempre vagas, muitas causas de dúvida, mormente quando tratam de drogas vindas de regiões afastadas e de que tinham imperfeito conhecimento. Teofrasto e, mais tarde, Dioscórides e Plínio nomeiam diversas drogas aromáticas e pungentes e tiveram notícia, entre outras, da pimenta e do cardamomo. É certo que algumas inexactidões na relação dada destas plantas, particularmente por Plínio, nos levam a crer que confundissem sob a mesma designação produtos de diversas origens vegetais; não há porém motivo para supor que entre êsses produtos figurasse a *malagueta,* atendendo sobretudo à obscuridade, que ainda no tempo de Plínio envolvia as terras donde é natural (1).

---

(1) Teofrasto menciona o καρδαμωμον como procedente da Índia (Hist. pl. IX, 7, p. 147, ed. Wimmer) e igualmente o πεπερι (H. pl. IX, 20, p. 162). Dioscórides fala das mesmas substâncias (lib. I, cap. V, p. 15 e cap. CLXXXVIII, p. 298, ed. Sprengel). Veja-se também Plínio (Hist. nat. L. XII, cap. VII et XIII) e Laguna, nos seus comentários a Dioscórides,

Encontramos nos livros de medicina e matéria médica de alguns escritores árabes, como por exemplo nos de Serápio e de Avicena, mencionadas diversas drogas africanas. Na época em que êstes celebrados médicos compuseram as suas obras, isto é do IX e X século em diante, já os produtos do Sudão começavam a ser conhecidos no Egito e na África setentrional pelas viagens, que faziam as cáfilas de mercadores através do Sáara e parece provável que a *malagueta* fôsse um dêsses produtos. As referências muito sucintas, que se encontram em seus livros, deixam-nos porém, na maior parte dos casos, em muita incerteza e não temos fundamento para afirmar que a conhecessem e descrevessem, antes temos razão para supor, ou pela descrição das drogas, ou pela indicação da sua procedência, que se referiam a outras substâncias vegetais (1).

---

pretendeu identificar um dos cardamomos do autor grego com a *malagueta.* É porém êrro manifesto e que não passou inadvertido pelo nosso Garcia da Orta *(Colloq. dos simples* etc., p. 50, ed. 1872). Enquanto ao αμωμου dos antigos, é planta muito duvidosa, mas parece ser o *Cissus vitiginea* L, e em todo o caso é muito afastada daquelas espécies que depois, por errada aplicação do nome, se gruparam no género *Amomum.* Veja-se o erudito comentário de Sprengel no seu Dioscórides (tom. II, p. 345, 352 e 475). Veja-se também a (*Synopsis pl. fl. classicæ,* de C. Fraas, p. 198 e 278).

(1) Serápio (*De simp. med. opus* etc. pars II. 327. ed. Othonis Brunfelsii 1531.) fala de uma droga, a que dá o nome de *hab el zelim* e também segundo a *Cyclopædia* de Rees e o dr. Hooker (*Fl. nigr.* p. 206) o de *fulful alsuadem* (deve antes ler-se *felfel el sudan,* pimenta da terra dos negros). Esta substância tem sido geralmente identificada com o *Piper Æthiopicum* de Matthioli, e o *Piper nigrorum Serapioni* de Bauhinio, que é uma Anonácea, a *Xylopia Æthiopica* (Veja-se o que disse nas *Noticias sobre alguns pr. veg. da Afr. Portugueza* no *Jornal de Sc. math.* etc. num. XXII 1877. p. 105). A verdade é que Serápio, na citada passagem, se refere a três substâncias diversas: uma o *hab el zelim,* também chamado *Piper nigrorum (felfel el sudan):* outra o verdadeiro *Piper nigrorum* a que na Barbaria chamam *croni:* e uma terceira das terras de Chedensor chamada *habese.* Se uma destas substâncias é a *Xylopia Æthiopica,* as outras são de mui difícil identificação pela deficiência das indicações.

No célebre *Canon* de Ibn Sina (Avicena) vem mencionado o *hab al zelem* ou *hab al zelim,* que alguns referiram à droga mencionada com o mesmo nome por Serápio, e outros ao *hab al zizi,* a que os venezianos

A primeira menção da droga pelo nome ainda hoje usado, de que tenho notícia, é do comêço do XIII século e encontra-se casualmente na descrição de uma festa celebrada em Treviso no ano de 1214. Figurou nesta espécie de justa ou torneio uma fortaleza ricamente ornada, cuja defesa estava entregue a doze das mais ilustres e mais formosas senhoras, acompanhadas de suas donzelas, e que devia ser assaltada pelos moços cavaleiros armados de flores, águas aromáticas e custosas especiarias; infelizmente o fingido assalto transformou-se em séria peleja, porque os cavaleiros paduanos e venezianos, pressurosos, como é bem de crer, de correrem ao combate, se desavieram entre si, ficando alguns mal feridos na contenda, e rotos os estandartes de suas cidades. Entre as especiarias enumeradas na relação desta festa figura a *melegeta* (1). Depois desta primeira menção encontramos numerosas indicações de quanto aquela substância foi conhecida e usada durante a Idade Média.

No mesmo século XIII, Nicolau Mirepso, médico do imperador João III na côrte de Niceia, receitava a

---

chamavam *dolceghini* e que parece ser um *Cyperus*. (Vid. a edição de Avicena de Benedicto Rinio, Basileæ 1556, nos índices dos nomes árabes, tanto da antiga exposição como da interpretação do Bellunense, e também a edição de Plempio de 1658).

Garcia da Orta fala de uma substância, que Avicena chama *Combusbague* e diz que essa substância é a *malagueta* (*Colloq. dos simpl.* p. 51). Parece-me que o nosso autor laborou em êrro nesta asserção. A substância que Avicena chama, não *Combusbague*, mas *chair bawe* como diz Clúsio (*Exoticorum libri* etc., p. 249, ed. 1605) ou *chir bawa* (Ed. de Plempio 1658), vinha de Sofala e era semelhante ao *Cacolla*, ou antes *Khakkalá*, isto é a um dos *Cardamomos* da Índia. Julgo que Avicena se referia ou ao *Amomum angustifolium* de Sonnerat, de Madagáscar e da costa oriental da África, ou ao *Amomum Korarima* de Pereira, da Abissínia e do país dos Galas, mas não ao *Amomum Granum paradisi*, que produz a verdadeira *malagueta* e habita a África ocidental. (Vidé nota da 2.ª edição).

(2) Transcrevo, por curiosa, a lista das substâncias usadas no assalto: «*rosis, liliis et violis, similiter ampullis balsami, amphii et aquæ rosæ, ambra, camphora, cardamo, cymino, garyofolis, melegetis, cunctis immo florum vel specierum generibus, quæcumque redolent vel splendescunt.*» Rolandinus Pata-

μενεγεται (1), e o seu contemporâneo Simão de Genova, estabelecido em Roma, fala da *melegete* ou *melegette* (2). Com o nome de *grana paradisi,* pelo qual também era conhecida, vem mencionada entre as especiarias vendidas em Lião no ano de 1245; igualmente em uma pauta ou tarifa de direitos cobrados em Dordrecht, na Holanda, em 1358; e ainda entre os condimentos usados por João II, rei de França, durante o seu cativeiro em Inglaterra (3). Sabemos também pelo curioso livro de Francesco Balducci Pegolotti, escrito pelo ano de 1340, que era importada em algumas cidades do sul da França, como Nimes e Montpellier (4).

Era esta droga apreciada como medicamento e como condimento, e junta ao gengibre e à canela empregada na preparação do vinho adubado, chamado hipocraz, muito em uso na Idade Média (5).

As caravanas árabes ou berberes traziam estas e outras

---

vinus *(De factis in marchia Tarvisana.* Lib I, cap. XIII. ap. Muratori *Rer. It. scrip.* t. VIII, p. 180).

(1) *Nicolai Mirepsi Alex. medic. opus* etc. a *L. Fuchsio* etc. *De antidotis* p. 19. Lugduni 1550. É de notar que Mirepso distingue a *malagueta* do *cardamomo* e outras drogas que entram na composição do seu medicamento.

(2) *Clavis sanationis,* Venet. 1510 citado por Flückiger e Hanbury *(Pharmac.).*

(3) Documentos citados por Flückiger e Hanbury (*Pharmac.* p. 590).

(4) Balducci Pegolotti era feitor da casa ou companhia comercial dos Bardi de Florença e, como tal, muito versado no trato de mercadorias do Mediterrâneo. O manuscrito do seu livro existe na Biblioteca Riccardiana de Florença e foi publicado em um tratado intitulado *Della decima e di varie altre gravezze imposte dal commune di Firenze,* cujo autor parece ser Pagnini. No mesmo tratado vem inserido outro livro comercial, escrito pelo ano de 1440 por G. da Uzzano, aonde também se mencionam as *malaguetas.* Veja-se uma notícia do autor e extractos do livro na obra do coronel H. Yule *(Cathay and the way thither,* p. 280 e Appendix III).

(5) Na *Form of cury.*, manuscrito do chefe das cozinhas de Ricardo II de Inglaterra, do ano de 1390, vem a receita do hipocraz. Veja-se Flück. et Hanbury *(Pharmac.* p. 479).

mercadorias do Sudão, através do grande deserto do Sáara até aos portos do Mediterrâneo. Dêste comércio e do nome de *grana paradisi,* o qual proveio de ser preciosa a especiaria e misteriosa a sua origem, nos dá notícia uma importante passagem de João de Barros (1). Vê-se, pois, que o nome de *malagueta* foi bem conhecido e usado na Europa desde o começo do século XIII e que neste e seguintes, até ao meado do XV, o transporte desta substância era exclusivamente feito pelas cáfilas ou caravanas dos mercadores africanos.

As eruditas e claríssimas demonstrações do visconde de Santarém (2) e do sr. H. Major (3) puseram tão fora de

---

(2) Diz o cronista *(Asia.* dec. I, liv. II, cap. III), «sempre houve descobrimentos, assi como da costa donde veo a primeira malagueta, que se fez per o Infante don Henrique. Da qual alguma que em Italia se havia, ante deste descobrimento, era per mão dos mouros d'estas partes da Guiné, que atravessavão a grande região de Mandinga e os desertos da Libya, a que elles chamão Çahara té aportarem em o mar mediterraneo, em hum porto por elles chamado *Mundi Barca,* e corruptamente Monte da Barca. E de lhe os Italianos não saberem o lugar de seo nascimento por ser especearia tam preciosa lhe chamarão Grana paradisi, que é nome que tem entrelles.» Sôbre o conhecimento que os portugueses tiveram do comércio feito pelo interior da África com a terra dos negros veja-se o que diz Azurara *(Chr. do desc. de Guiné,* p. 364 e seguintes). Veja-se também o que diz Leão Africano do comércio feito em Mesrata e outros portos ao oriente de Trípoli, isto é, não longe da região de Mundi Barca, pelas galeras venezianas que aí carregavam mercadorias da Etiópia (Ramúsio. *Delle nav.* etc., I. p. 72. Venetia 1563). Das especiarias da terra dos negros fala o célebre viajante árabe, enumerando os objectos que compunham um esplêndido presente enviado ao rei de Fez por um grande senhor de Tensita, entre os quais se incluía *certo pepe di Ethiopia* (ibid. p. 24 v.°), e também na relação de um singular banquete, que lhe deu um chefe berbere, no qual, além de carne de camelo e de avestruz assado, figurava *buona quantitad di spetie della Terranegra* (ibid. p. 6). O dr. Daniell, em um excelente artigo sôbre os *Amoma* de África, publicado no *Pharmaceutical Journal,* diz, que Marmol deu a primeira indicação definida sôbre o caminho por que antigamente se transportava a *malagueta* até à Europa, o que não é exacto, pois a primeira edição da *Africa* de Marmol é de 1573, e a primeira década da *Asia* de Barros, aonde vem a passagem, tão explícita, acima citada, publicou-se em Lisboa no ano de 1552.

(1) *Memoria sobre a prioridade dos desc. dos port. na costa d'Africa occidental.* Paris, 1841.

(2) *Life of Prince Henry,* etc. preface XXV e p. 117.

dúvida o carácter fabuloso das viagens normandas no XIV século e do suposto comércio ou trato de mercadorias, feito entre Dieppe e Ruão e a costa de África, que bem podemos passar em silêncio o que Villaud e o sr. Margry nos dizem a tal respeito.

Os nossos navegadores tiveram conhecimento da *malagueta* ainda em tempo do infante D. Henrique, como se deduz da já citada passagem de João de Barros. Quando faleceu o infante ainda não tínhamos chegado à parte da costa, que mais especialmente recebeu depois o nome daquela especiaria e corre do cabo Mesurado ao cabo das Palmas; mas tínhamos conhecimento dos terrenos banhados pelo rio Gâmbia, rio Grande e rio de Geba, aonde igualmente se encontra. Das relações de viagem que deixou o veneziano Aluísio Ca da Mosto, tanto das duas a que êle próprio foi, por mandado do infante, como da que empreendeu Pedro de Sintra, o qual chegou ao arvoredo de Santa Maria além do cabo Mesurado e já na costa da Malagueta, não consta que se encontrasse a droga nas terras donde é natural. Fala é verdade da *malagueta,* mas como de mercadoria, que as caravanas de passagem em Hoden ou Guaden traziam de Timboctu e outras regiões habitadas pelos negros (1). Conhecia pois Ca da Mosto aquela especiaria, e é singular que a não encontrasse ou não mencionasse nas notícias detalhadas que dá das terras do Gâmbia e do Casamansa, tanto mais que o genovês António da Nolle, ou António Uso di Mare, seu companheiro de viagem, falando do rio Gâmbia, diz que aí entrou porque *in ipsa regione aurum et meregeta*

---

(1) *Collecção de not. para a hist. e geogr. das nações ultram.* etc. II p. 17. As viagens de Ca da Mosto, publicadas primeiro em italiano, e inseridas mais tarde na colecção de Ramúsio, foram depois vertidas em português pelo académico Sebastião Francisco de Mendo Trigoso para fazer parte das citadas notícias dadas à estampa por ordem da Academia Real das Sciências de Lisboa.

colligitur (1). Na narração da viagem de Diogo Gomes, levada a cabo ainda em tempo do infante pelos anos de 1456 ou 1457, encontramos uma interessante menção. Estando detidas as três caravelas de seu comando pouco além da foz do rio Grande (o actual rio de Geba) pelas correntes fortíssimas que lhes embargavam o passo, vieram de terra os naturais, trazendo panos de algodão, marfim e *malagueta* em grão e também nos frutos em que nasce, de que êle (Diogo Gomes) teve grande contentamento (2).

É para notar que os nossos escritores não falam da malagueta como de coisa nova e então descoberta, mas sim como de especiaria bem conhecida e de feito sabemos o era, a qual, por ser preciosa, os navegadores folgavam de encontrar. É um sentimento análogo ao que, alguns anos depois, deviam experimentar chegando às terras da pimenta e do cravo.

Encontramos a prova da importância que desde logo teve a *malagueta* em um valioso documento do XV século, o célebre globo de Martinho Behaim. É bem sabido que êste notável cosmógrafo, discípulo do mais afamado astrónomo dos seus tempos, Regiomontanus, se estabeleceu em Por-

---

(1) Em uma carta encontrada por Gräberg nos arquivos de Génova, publicada em 1802 *(Ann. di geogr. e statist.* tômo II, p. 385), e que vem transcrita na íntegra nas notas de Major *(Life of Pr. Henry,* p. 102). Veja-se também o que diz o visconde de Santarém *(Chr. da conquista de Guiné por Azurara,* p. 449 nas notas). O sr. Major põe em dúvida a autenticidade desta carta, e de feito não só é de uma grande incoerência de linguagem, como contém afirmações de todo o ponto inexactas.

(2) *...et venerunt Mauri de terra in suis almadiis, et portaverunt nobis de suis mercimoniis sc. pannos bombicinos seu cotonis, dentes elephantum et unam quartam mensuram de malagueta in grano et in corticibus suis sicut crescit, cum quo multum gavisus fui.* Veja-se a relação de Diogo Gomes intitulada *De prima inventione Guineæ,* na memória do dr. Schmeller *(Ueber Valenti Fernandez Alemã und seine Sammlung* etc. p. 26). Sôbre a colecção de manuscritos, formada em Lisboa pelo célebre tipógrafo Valentim Fernandes, veja-se, além da cidada memória, o que diz o sr. H. Major *(Life of prince Henry* etc. preface XVI e p. 228).

tugal para onde fôra atraído, como outros distintos sábios, pela fama, que ao longe corria, da revolução feita nos conhecimentos geográficos e na arte de navegar pelos descobrimentos dos portugueses. Assistiu muitos anos em Lisboa e na ilha do Faial, donde era natural sua mulher, fazendo apenas algumas curtas viagens à Alemanha, sua pátria, e vindo a falecer em Lisboa no ano de 1506. Nesta cidade se encontrou de 1480 a 1484 com Cristóvão Colombo, o qual já andava empenhado nos seus projectos de viagem ao ocidente, e alguns autores pretenderam, ainda que com pouco fundamento, atribuir-lhe a glória dos descobrimentos de Colombo e também dos de Magalhães, dizendo que se haviam guiado por seus avisos e conselhos, ou por alguns mapas seus, em que se achava indicada a existência do continente americano e mesmo a sua terminação austral. No ano de 1484 acompanhou Martinho Behaim a Diogo Cão, em uma viagem ao Congo, e de volta à Europa, ajudado pelo que êle próprio observara e pelas informações colhidas entre os portugueses, construíu o globo que ainda se conserva em Nuremberga (1). Nos rótulos aí gravados, além de outras indicações que não vêem para o nosso assunto, lê-se o seguinte: «Chegámos ao pays que chamão reino de Gambia aonde cresce a malagueta, afastado de Portugal oitocentas léguas, passámos depois ao pays do rei de Furfur que está a mil e duzentas léguas, aonde cresce a pimenta chamada de

---

(1) Sôbre Martinho Behaim veja-se: de Murr (*Note sur le chevalier portugais Martin Behaim*, trad. de H. Jansen); veja-se também a erudita notícia de Humboldt (*Hist. de la géogr. du nouveau Continent*, I, p. 258-283), e uma excelente memória de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso (*Memorias de Litteratura Portugueza*, t. VIII, p. 365 e seguintes, ed. 1856). A data da sua viagem com Diogo Cão, foi fixada com muito rigor por A. M. de Castilho (*Études historico-géographiques*, 2.° étude, etc., p. 33 e seguintes). Encontra-se no Atlas do visconde de Santarém, I, X, a reprodução de uma parte do globo.

Portugal» (1). Por aqui se vê que estas drogas não só eram bem conhecidas, como tidas pelos mais valiosos produtos vegetais daquelas regiões, e por isso mencionadas nos curtos rótulos aonde se descreviam as principais feições das terras figuradas no globo.

Dos fins do XV século ou princípios do seguinte temos uma curiosa e detalhada notícia da *malagueta* e do seu comércio em um livro que ainda se conserva inédito (2) intitulado *Esmeraldo de situ orbis,* escrito por Duarte Pacheco, um dos capitães portugueses mais conhecidos por seu denodo e extremado valor. Dos seus heróicos feitos na Índia fazem menção João de Barros, Castanheda e Camões. Voltando da Índia governou o castelo da Mina, e caíndo depois, por intrigas que lhe moveram, no desagrado de el-rei foi prêso e terminou a vida pobre e abandonado. Da ingratidão de el-rei D. Manuel o vingaram bem algumas admiráveis oitavas de Camões (3). O *Esmeraldo* foi terminado, ao que parece, no ano de 1505, isto é logo que Duarte Pacheco voltou da Índia, para onde fôra em 1503 na armada de Afonso de Albuquerque e aonde ainda permanecia em 1504.

---

(1) O mérito de ter chegado às regiões da África aonde cresce a malagueta foi atribuído a Martinho Behaim, e foi-lhe depois negado e atribuído a Afonso de Aveiro por Sprengel *(Gesch. der geogr. Entd.,* p. 376, citado por Humboldt, *Hist. de la géogr. du nouveau Continent,* I, p. 259). Há aqui um êrro, pois que João Afonso de Aveiro trouxe do reino de Benim não a malagueta, mas a baga do *Piper Clusii,* a pimenta de rabo, chamada por Martinho Behaim pimenta de Portugal. De mais, muito antes de João Afonso de Aveiro ter ido à costa de Benim e Diogo Cão além da foz do Zaire, tinham os portugueses encontrado a malagueta, como se vê da história de João de Barros, da carta de António da Nolle e da narração de Diogo Gomes.

(2) Em 1892, sob a direcção de Rafael Eduardo de Azevedo Basto, foi impresso. Em 1905, sob a direcção de Augusto Epifânio da Silva Dias, fêz-se outra edição, partindo de manuscrito diverso do anterior. *(Nota desta edição).*

(3) Veja-se sôbre Duarte Pacheco o que diz João de Barros *(Asia,* dec. I, livro VII, cap. II e seguintes), assim como Damião de Góis na *(Chr. d'el-rei D. Manuel,* I parte) e Camões nas oitavas 12 a 25 do canto X.

Atendendo ao curto período decorrido entre o regresso do oriente e o oferecimento do livro a el-rei D. Manuel, é natural supor que estivesse já composto antes da sua partida, e que as informações minuciosas sôbre a costa de África, que ali se encontram, fôssem coligidas nas viagens de que Duarte Pacheco fala, feitas nos fins do século XV, ainda em tempo de D. João II, de cuja casa era cavaleiro (1).

Terei de examinar mais detidamente êste livro nas páginas seguintes, basta dizer por agora que o autor conhecia mui bem a *malagueta* e as suas diversas designações, pois, na descrição da costa de África, diz falando da mata de Santa Maria: «e d'aqui se comessa o resguate da malagueta que em latim se chama grany paradisy *(sic)*».

Ainda devemos citar uma passagem da história ou relação da viagem de um pilôto português à ilha de S. Tomé. Não era homem vulgar êste pilôto, antes parece ter sido muito lido e erudito. Estando em Veneza travou amizade com o bem conhecido Jerónimo Fracastor, e com o conde Romualdo de la Torre, e ocupou-se em estudar e interpretar o périplo de Hanão. O conhecimento, que já então tinha da costa da África ocidental aonde fôra várias vezes, habilitava-o a lançar alguma luz na obscura relação, que nos ficou, da tão discutida e celebrada viagem dos cartagineses. É certo que Ramúsio se serviu muito, na sua interpretação do périplo, das observações e esclarecimentos fornecidos

---

(1) O título do manuscrito é o seguinte: *Esmeraldo de Situ orbis feito e composto por Duarte Pacheco cavalleiro da casa del Rey D. João o II de Portugal, que Deus tem, dirigido ao muyto alto e poderoso principe e serenissimo senhor, o senhor Rey D. Manuel nosso senhor, o primeiro d'este nome que reynou em Portugal.* Dêste livro existem duas cópias, as mais completas e autênticas na Biblioteca de Évora, das quais deu notícia o distinto escritor o sr. Rivara no vol. V do *Panorama*. Consultei a cópia que possui a Biblioteca Nacional de Lisboa, extraída de outra, que parece ter pertencido a D. Rodrigo da Cunha, bispo do Pôrto, e mais tarde arcebispo de Lisboa. Era para sentir, que esta importante obra se conservasse ainda inédita, mas julgo que em breve será publicada, por iniciativa e sob a direcção do sr. João de Andrade Corvo. (Vidé nota (2) da pág. anterior).

pelo português (1). De volta a Vila do Conde, donde era natural, escreveu o anónimo pilôto a relação de uma das suas viagens à ilha de S. Tomé, relação que enviou ao Conde de la Torre, e que, vertida em italiano, foi publicada por J. B. Ramúsio. Depreende-se das datas citadas ter a viagem tido lugar pelos anos de 1551 ou 1552.

No capítulo VI (2) tratando da costa de Guiné e Benim diz o seguinte: «Nasce n'esta costa a especiaria chamada malagueta, muito semelhante ao milho da Italia, porém de um gosto forte como a pimenta; produz-se alli tambem uma pimenta fortissima, mais do dobro do que he a de Calicut a qual nós os Portuguezes, porque ella tem um pezinho que conserva depois de secca chamamos pimenta de cauda (3); he muito semelhante ás cubebas em a sua figura, porém para o paladar é tão forte, que uma onça d'ella faz o mesmo effeito que faria meia libra da ordinaria; e ainda que seja prohibido debaixo de gravissimas penas exportal-a da dita costa, tirão-na contudo ás escondidas vendendo-a em Inglaterra por um preço dobrado d'aquelle porque venderião a pimenta vulgar. Procede esta prohibição, de que desconfiando ElRei N. S.r que esta planta não fizesse empatar e abaratar a grande quantidade de pimenta que vem cada anno de Calicut determinou que de modo algum se podesse

---

(1) Veja-se a curiosa relação de Ramúsio, sôbre as informações que lhe deu o pilôto a quem chama «*persona périta, non solamente del'arte dell mare, ma anchora per le lettere e per il molto legger di diversi auttori pieno di molta cognitione.*» (Ramúsio, Delle navig. etc. I. p. 112 v.° Venetia, 1563).

(2) Cito a tradução publicada por ordem da Academia das Ciências e feita pelo sócio Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. *(Collec. de not. para a Hist.* etc., II, p. 87).

(3) No texto italiano vem em português o nome de *pimenta de rabo,* que era efectivamente a expressão vulgar; mas foi convertida em forma mais académica na versão portuguesa.

conduzir para fóra (1). Ha tambem uns arbustos que produzem vagens longas como saõ as dos feijões, com algumas sementes dentro, as quaes não tem sabor algum, mas as vagens mastigadas tem um gosto delicado de gengibre, e os negros lhe chamaõ *Unias* e lhes serve de tempero, junto com a dita pimenta, quando comem peixe de que saõ sobremaneira avidos.»

Citei integralmente êste importante trecho porque nos dá, clara e completa, a distinção entre três substâncias vegetais por vezes confundidas. De feito, a descrição corresponde bem ao *Amomum Granum-paradisi* Afzelius, ao *Piper Clusii* C.DC. e à *Xylopia Æthiopica* A. Richard, plantas de todo o ponto diversas e de afastadas famílias; porém semelhantes nas qualidades aromáticas e ardentes de seus frutos ou sementes e que por isso se substituiram mùtuamente ou confundiram no comércio.

Por estas citações se vê, que os nossos navegadores e escritores conheceram bem a droga produzida pelos *Amoma* da África ocidental, e que a designaram geralmente com o nome de *malagueta,* não lhes sendo também estranho o nome de *grãos do paraíso.*

---

(1) A mesma notícia se encontra nas notas com que Carlos de l'Escluse, mais conhecido pelo nome de Clúsio, enriqueceu a sua tradução latina do livro de Garcia da Orta *(Exoticorum libri decem* etc., p. 184). João de Barros, pelo contrário, diz que el-rei mandou esta pimenta a Flandres, mas aí não agradou tanto como a da India. Conciliam-se perfeitamente estas informações em aparência encontradas. A notícia de João de Barros, confirmada pelo que diz Garcia de Resende, refere-se ao tempo de D. João II, época em que ainda não tínhamos atingido o têrmo tão desejado de nossas explorações e em que o comércio das especiarias estava em mão dos venezianos, sendo natural que procurássemos atrair a atenção para os produtos das terras africanas de cujo comércio nos havíamos senhoreado. Pelo contrário, em tempos de D. Manuel e posteriores, já estava nas mãos dos portugueses o monopólio das especiarias asiáticas, e, dadas as doutrinas comerciais de então, bem se compreendem as proïbições rigorosas de que fala a viagem a S. Tomé.

II

DA ORIGEM DA PALAVRA MALAGUETA

Esta designação foi, como vimos, muito usada nos XIII, XIV e XV séculos e, quanto hoje podemos julgar, aplicada sempre ou quási sempre, às sementes dos *Amoma* da África ocidental. Raríssimas vezes encontramos êste nome designando drogas da Ásia, como por exemplo algum dos cardamomos da Índia, e nestes casos por evidente equivocação. Assim Laguna, nos seus comentários a Dioscórides, pretende identificar um dos cardamomos do autor grego com a malagueta, quando é quási certo que tal droga não conhecia (1). Assim também Fr. Odorico de Pordenone, que visitou o Oriente pelos anos de 1320 a 1328, diz que na ilha de Java crescem diversas especiarias e entre estas as *melegetæ*. A substância designada assim pelo missionário Franciscano era sem dúvida um cardamomo (2). Estas aplicações erradas do nome explicam-se fàcilmente pela semelhança das drogas, e por modo algum significam que estas se confundissem geralmente, antes temos provas de que bem se distinguiam (3). Foi só muito mais tarde que êste nome começou a ser vaga-

---

(1) Veja a nota 1, a pág. 17.

(2) O texto de Pordenone é o seguinte: «*In ipsa (insula Jauá) nascuntur cubebae, melegetae, nuces que muscatae, multae que aliae species pretiosae.* Veja-se H. Yule *(Cathay and the way thither,* etc., II. Appendix, I, XVII).

(3) Sabemos que pelos tempos de Frei Odorico se diferençavam perfeitamente as duas drogas. Pegolotti no seu (*Libro divisamenti di paesi,* etc.) inserido no tratado *(Della decima,* etc. III) fala das *meleghette* e do cardamomo como de mercadorias diversas; a mesma disinção faz um século mais tarde G. da Uzzano no *(Libro di gabelli,* etc.) igualmente inserido no *(Della decima,* etc., IV). Veja-se H. Yule *(Cathay and the way thither,* etc., I, pág. 88). A passagem de Rolandino Patavino, assim como a de Nicolau Mirepso antes citadas, dão também a malagueta e o cardamono como coisas diversas. Vejam-se as notas (1) de pág. 19 e de pág. 20.

mente dado a outras drogas e mui particularmente, como adiante veremos, aos frutos de uma Solanácea.

Examinemos agora qual a origem provável da palavra *malagueta* ou, talvez melhor, *melegeta,* primeira forma com que a encontramos escrita. Um dos mais eruditos homens de ciência dos nossos tempos, Alexandre de Humboldt, quis filiar esta palavra nos vocábulos asiáticos, que designam a pimenta. De feito tem esta última especiaria em Samatra o nome de *molaga* e na Índia o nome de *melagu,* e pela tendência natural a aplicar o mesmo nome a substâncias análogas e que o comércio confunde supôs Humboldt que o nome da pimenta, um pouco alterado, e tomando a forma *malagueta,* se viesse a dar à droga de África (1). Não julgo por modo algum aceitável esta etimologia. Para que na Europa se desse à semente do *Amomum* um nome derivado, por analogia, do da pimenta, era necessário que êsse nome se tivesse primeiro dado aos frutos do verdadeiro *Piper.* Ora não temos notícia de que a pimenta fôsse conhecida nas línguas da Europa por palavra semelhante a *molaga* ou *melagu,* ou que de algum modo se possa filiar nas formas sânscritas *malaja* ou *maricha.* O vocábulo grego πεπερι

---

(1) Eis a passagem em que Humboldt *(Hist. de la géogr. du nouveau Continent,* I, p. 258), expõe esta teoria: «Como as produções vegetais, análogas, e que se substituem mutuamente no comércio, tomam sempre o mesmo nome, o de *malagueta,* tão célebre no XV século, e que os farmacêuticos transformaram em *melegueta, maniguette* e *cardamomum piperatum* parece-me derivar-se do nome índico do *pimento,* tal qual é usado na língua de Samatra. Acho na Cosmografia de Sebastião Munster (ed. de 1550 p. 1093), *língua patria sumatrensis piper molaga dicunt.* O sábio autor da *Materia medica of Hindoostan,* sr. Ainslie, dá também (ed. de Madrasta, 1813, p. 34) ao *Piper nigrum* o nome tamul de *melagu.* Em sânscrito *malaja* e *maricha* são sinónimos de *pipali.* O primeiro designa mais particularmente, segundo Wilson, o *Piper nigrum* e o segundo o *Piper longum.*» A êstes nomes apontados por Humboldt podemos acrescentar os que encontramos citados por Garcia da Orta (*Colloquios dos simples,* etc., p. 172, ed. 1872), pertencentes às mesmas formas, como são *molanga, meriche* e *merois.* A semelhança de alguns dêstes nomes com a palavra *melegueta* é singular; julgo porém ser uma simples aproximação fortuita.

assim como o latino *piper,* donde vêem quási tôdas as designações usadas na Europa, prendem-se, sem a menor dúvida, ao sânscrito *pipali* pela mudança do *l* em *r,* freqüente nas línguas do ramo iraniano, pelas quais nos foi transmitido. Não é pois fácil admitir que se desse a uma droga, por ser semelhante à pimenta, um nome que a pimenta nunca teve, nem se compreende que na Europa se aplicasse a uma subtância da África um nome asiático pouco ou nada conhecido (1).

O sábio académico visconde de Santarém propõe em uma das suas obras (2) outra etimologia. Recordando que Cosmas Indicopleustes fala, na sua *Topographia christiana,* do país de *Mala* na Ásia, e acrescenta *ubi piper gignitur,* supõe que malagueta seja *malagignitur* corrompido, por isso que os primeiros navegadores, chegando à costa da Malagueta, e vendo tanta abundância de especiaria, se podiam julgar no país de Mala. Na verdade, parece-me demasiado forçada e difícil de admitir esta derivação.

Sustentaram alguns autores a origem europeia; entre outros Villaud de Bellefond, seguido depois com pouco critério por Corneille no seu Dicionário Geográfico, disse que a palavra era francesa e quis daí tirar, não sei bem por que raciocínio, uma prova de que os franceses haviam descoberto as terras aonde a planta cresce. A origem francesa é insustentável e não tem um único argumento em seu favor. Devemos, todavia, notar que o visconde de Santarém, refutando esta opinião de Villaud, incorreu por sua parte em alguns erros e seguiu um sistema contrário à verdade dos

---

(1) A palavra portuguesa *pimenta* não vem da mesma origem, como quere o padre Rafael Bluteau no *Vocabulario,* fazendo-a derivar de *pimpilim,* nome usado no Malabar. Deriva-se de *pigmentum,* que na baixa latinidade significava especiaria em geral: *species aromatis.* Ducange. *(Gloss. ad script. med. et infim. lat. voc. pigmentum).*

(2) *Recherches sur la déc. des pays situés sur la côte occ. d'Afrique,* etc., p. 266.

factos. No texto da sua memória e na nota 7.ª (1), aquêle erudito escritor pretende provar que a palavra *malagueta* era usada pelos naturais da costa de África, datando dos nossos descobrimentos a sua adopção para designar a droga, antes mais conhecida pelo nome de sementes ou grãos do paraíso. Os factos apontados nas citadas passagens pouco ou nada provam. Se António da Nolle diz que na região aonde foi havia *ouro* e *malagueta,* não se segue que o nome fôsse usado pelos negros, mas sim que êle o conhecia, o que era natural pois havia traficado no Mediterrâneo. Se Brown, na relação da sua viagem, afirma que os negros chamavam *malagueta* a uma espécie de pimenta, isto só significa que os negros da costa já naquele tempo (1617) haviam adoptado o nome empregado pelos portugueses com os quais estavam em contacto quási diário. Demais todos êstes argumentos caem perante os documentos citados nas páginas precedentes, que escaparam às investigações do douto académico (2), e provam ser conhecido o nome de *melegeta* desde o começo do século XIII, isto é, mais de dois séculos antes das nossas viagens, e muitos anos antes das datas marcadas aos supostos descobrimentos dos genoveses, dos catalães e dos normandos. Se pois a adopção da palavra *malagueta* se não pode ligar à viagem dos franceses à África, não é por só ter sido conhecida depois, mas exactamente pela razão oposta, por ser vulgaríssima muito antes.

Deparam-nos as obras de Matthioli uma etimologia que, conquanto apresentada de passagem e como opinião pessoal, é muito digna de atenção e exame. Vem a ser a que deriva a palavra *malagueta* da semelhança da semente com os grãos

---

(1) *Mem. sobre a prioridade,* etc., p. 39, e nota 7.ª, p. 196.

(2) Na edição francesa da sua memória *(Recherches sur la déc.* etc., Paris, 1842), o visconde de Santarém cita Balducci Pegolotti e a passagem onde fala da malagueta (p. LXV), mas não modifica a sua argumentação (p. 14 e 15).

de milho da Índia, aos quais em algumas partes da Itália se dava o nome de *melega* (1). Efectivamente, o milho da Índia, o *Holcus sorghum* de Lineu (2), foi denominado *melega, méliga* ou *mélica,* e encontrava-se designado com êste nome em uma data anterior à primeira menção, que conheço, do nome de *malagueta.* Em um instrumento público do XIII século, passado na vila de Incisa, se diz que dois cavaleiros cruzados, companheiros de armas de Bonifácio, marquês de Monteferrato, de volta do cêrco de Constantinopla, deram à dita vila, além de uma cruz de prata encerrando um fragmento do Santo Lenho, uma porção de sementes provenientes da província de Anatólia, na Ásia, e chamadas *méliga,* oferta que foi tida em grande estima e consideração (3). Quiseram alguns que estas sementes fôssem o milho, é porém mais provável fôsse uma espécie de sorgo então nova ou pouco vulgar (4). Do teor da carta passada em Incisa no ano de 1204 parece resultar que o nome de *méliga* era até então desconhecido. É possível, conquanto pouco provável, que dez anos depois, no de 1214, se tivesse já, por analogia e semelhança de forma, derivado daquele nome o de *melegueta.*

Resta examinar a origem africana, a qual se pode encontrar nos numerosos e variados dialectos usados pelas populações negras da região aonde a planta se cria ou ainda nas línguas dos povos que com elas negociavam. Dois povos de raça diversa se empregaram no activo comércio feito por um

(1) Eis o que diz Matthioli: *i grani, i quali chiamano alcuni meleghette per rasomigliarsi eglino (come credo io) al miglio indiano, il quale in alcuni luoghi d'Italia si chiama melega (I discorsi di M. P. Matthioli etc., nei sei libri di Dioscoride,* p. 24. Venezia, 1712).

(2) *Andropogon Sorghum* Brot.

(3) Foi publicado na (*Storia d'Incisa* etc., Asti, 1810) e vem transcrita por Michaud *(Hist. des Croisades,* II, p. 494).

(4) Sôbre a verdadeira natureza da *méliga* e a introdução da cultura do milho na Europa, pode-se consultar Bonafous *(Hist. nat. agric. et éc. du maïs);* e também A. de Candolle *(Géog. bot. rais.,* p. 943).

lado com os europeus, e por outro com as populações de raça negra; comércio de que os nossos escritores tiveram, como vimos, notícia e de que Leão Africano dá relação com a clareza e íntimo conhecimento de quem nêle tomou parte. Foram êsses povos os árabes e os berberes: êstes, os númidas ou libianos dos antigos, falam uma língua bem distinta do árabe, e que nem mesmo se pode filiar no grupo semítico, mas sim em um grupo um pouco vago, de que o cóptico parece ser o tipo, para o qual se propôs o nome de camítico ([1]). Dominados pelos semitas e em contacto por duas vezes com línguas semíticas, isto é, com a língua púnica dos colonos cartagineses e séculos depois com a arábica, aceitando o domínio dos árabes e recebendo mesmo dêstes a religião maometana, alguns berberes conservaram no entanto língua e costumes próprios. Ainda mais; os povos berberes de raça pura, como os Tuaregues, mais entranhados no deserto e mais afastados do elemento árabe, que tão profundamente tem penetrado todo o norte da África, não só falam uma língua distinta, mas conservam o uso de um alfabeto especial, semelhante ao das inscrições líbicas ([2]). O mais antigo historiador dos descobrimentos portugueses, Gomes Eanes de Azurara, teve conhecimento dos berberes, que chamou azanegues e bárbaros, e da distinção entre a linguagem mourisca e «a azaneguya do Zaara»; e, ainda mais, relatando a viagem do heróico escudeiro João Fernandes, dá conta de usarem uma letra com que escrevem «de outra guisa» que a dos mouros ([3]), facto curioso, ignorado

---

([1]) É esta a opinião apresentada pelo sr. Ernesto Renan *(Hist. des langues sémitiques,* p. 201-202, 4^{me} éd.), da qual, porém, se afastam alguns filólogos, e entre outros o sr. Newman, que considera o berbere como um idioma semítico.

([2]) Veja-se sôbre o alfabeto *tifinar* ou *tifinague* uma notícia do sr. A. Judas: *(Journal Asiatique.* Mai 1847) assim como o *(Essai de grammaire tamachek.)* do sr. Hanoteau.

([3]) *Chron. da Conq. de Guiné.* p. 83 e 365.

ou posto em dúvida durante muito tempo e demonstrado pelas modernas investigações científicas.

É pois no árabe, no berbere, ou nas línguas do Sudão e da costa ocidental que se deve procurar a origem da palavra, se porventura é africana.

Devemos no entanto notar que os nomes árabes, hoje mais usados, não têem relação ou semelhança com a palavra *malagueta*. São êstes nomes *teen el felfel* e *tamar el felfel*, o que vale o mesmo que *pimenta figo* e *pimenta tâmara*, derivados por um lado da ardência das sementes, e por outro de uma vaga semelhança na forma dos frutos, quando mais desenvolvidos, com os figos, quando menores, com as tâmaras.

Vem expressa em várias obras, sobretudo francesas, a opinião de que o nome da droga se deriva do nome de uma vila ou lugar de África, chamado *Melega*, donde era trazida para a Europa. Da existência de tal vila não pude achar notícia, e creio que alguns dêsses autores se equivocaram com a costa da Malagueta, e que os outros, como tantas vezes sucede, repetiram a asserção sem se darem ao trabalho de procurar os seus fundamentos (1).

---

(1) Diz Pomet «*nous l'appelons aussi maniquette ou melaquette a cause d'une ville d'Afrique appelée Melega d'ou elle était autrefois apportée (Hist. gén. des drogues*, I, 42, 2.me éd.). Nicolau Lémery repete a mesma asserção quási pelas mesmas palavras (*Traité univ. des drogues simples*, p. 153. Paris, 1698); e não obstante La Martinière, no seu dicionário, ter mostrado ser falsa, ainda se encontra no dicionário do sr. Littré.

Uma derivação inversa, e que vem apontada na *Africa* de Ogilby, também envolve um êrro. Diz-se aí: *grain coast is named melliguette or melli, from the abundance of grain of paradise there growing, which the natives call mellegette*. Confunde-se nesta passagem a costa da Malagueta, a qual de feito recebeu o nome da droga com a região de Meli, situada já no centro de África ao meio dia de Timboctu, e bem conhecida desde tempos remotos. Foi visitada em 1352 por Ibn Batuta, que a designa com o nome de Mele ou Mali (segundo a tradução do padre Moura) e figura na carta catalã de 1375. Ca da Mosto também a conhecia, e indica com bastante rigor o itinerário das caravanas, que transportavam o sal de Tagaza a Timboctu e a Meli. Só muito depois se começou a usar o nome de costa da Malagueta e nenhuma relação tem com o de Meli.

Nos dialectos dos negros os nomes da droga são variadíssimos e pela maior parte absolutamente diversos e afastados no som e na forma da palavra *malagueta* (1). Diz-nos porém o sr. Daniell que entre os negros Crus, habitantes da costa que vai do cabo Mesurado ao das Palmas, o nome vulgar é *Gueta,* ao qual freqüentes vezes se juntam as prefixas *mane* ou *malé,* e tem por certo ser esta a origem da palavra. É possível, mas não tão seguro nem tão fora de discussão, como parece ao dr. Daniell, pois se pode bem admitir que o nome usado pelos Crus seja a corrupção do vocábulo empregado pelos portugueses e outros europeus, o que é tanto mais provável quanto os Crus não são uma população do interior, mas sim um povo da costa, muito dado à navegação e como tal um dos que têem sempre tido mais contacto com os estrangeiros.

Em todo o caso, se a palavra pertence ao dialecto dos negros, foi-nos transmitida pelos povos do norte da África, únicos que até às viagens portuguesas tiveram contacto com aquelas regiões. Devemos pois admitir que, espalhando-se o seu uso pelo interior da região de Mandinga, se tornasse vulgar em Timboctu e outros grandes mercados do Sudão. Os árabes e os berberes, que a êsses mercados concorriam, trouxeram a droga, e com a droga o nome, pelo caminho do Dar-Fur ao alto Nilo, e daí aos portos do Egito ou pela via mais seguida da Fezânia aos portos de Trípoli. Merca-

---

(1) Eis alguns dos nomes citados pelo sr. Daniell: *Attahre* usado em Yorruba; *Ussorgé* em Ebo; *Anniewhé* em Accara: *Weeza* entre os Ashantis; *Guetta* e *Emaneguetta* entre os Krus; uma variedade de frutos mais pequenos é chamada *Tosshan te timmané* em Serra Leoa; *Niammakyu* entre os negros Susus; *Bellankufo* entre os Mandingas do interior; uma terceira variedade de frutos ainde menores recebe o nome de *Tokolo m'poham* em Fernando Pó, e de *Dungo zargo* e *Dungo zenzambah* no Congo. Conservei escrupulosamente a ortografia usada pelo sr. Daniell, que não é talvez a própria, e corresponde à impressão produzida em um ouvido inglês pelos sons dos dialectos africanos. Barbot, citado por Daniell, diz que nas proximidades do cabo Lopes se dá à droga o nome de *Calicute.* Deve ser uma antiga designação portuguesa derivada na semelhança com a pimenta que vinha de Calecute.

dores de várias nações, e na época a que nos referimos, principalmente os venezianos, navegavam para êsses portos, e desde o comêço do XIII século, se não antes, introduziram a droga na Europa e usaram o nome *malagueta* ou *melegeta.*

Em resumo, a origem da palavra permanece obscura e ùnicamente temos como certo que os italianos foram os primeiros, entre os povos da Europa, a empregá-la, quer a derivassem da semelhança da droga com o sorgo, chamado *melega,* quer usassem, o que é mais provável, de uma denominação vulgar entre os africanos.

III

DAS PLANTAS QUE PRODUZEM A MALAGUETA, E DA SUA DISTRIBUÏÇÃO GEOGRÁFICA

Como mais de uma vez tenho observado, existe uma tendência geral a aplicar o mesmo nome a produtos distintos, mas semelhantes ou de propriedades análogas e que se confundem ou substituem mùtuamente no comércio. Por outro lado, nas diversas regiões e épocas se têem dado nomes diferentes à mesma substância. Daqui resulta uma certa confusão de nomes vulgares, da qual pode provir obscuridade e que exige algumas palavras de explicação.

O nome de *pimenta* tem designado produtos vegetais variados. Em primeiro lugar algumas espécies do género *Piper* (1), da família das Piperáceas, pela maior parte oriundas da Ásia, algumas porém naturais da África, como por

(1) O género *Piper,* tal qual se acha constituído na monografia das *Piperaceæ* do sr. Casimiro de Candolle *(Prodromus,* XVI, S. I.), inclui os géneros *Chavica, Cubeba* e outros, e abrange mais de 650 espécies.

exemplo o *Piper Clusii,* chamado *pimenta de rabo* pelos nossos antigos escritores. Por analogia de propriedades deu-se depois ao fruto de uma planta totalmente diversa, uma Mirtácea das Índias ocidentais, o *Myrtus Pimenta* de Lineu, *Pimenta officinalis* de Lindley, sendo singular que o nome português do *Piper* se viesse a adoptar na linguagem científica para uma planta tão afastada. O fruto de uma Anonácea, a *Xylopia Æthiopica,* foi igualmente conhecido no comércio pelos nomes de *pimenta de Guiné* ou de *Etiópia,* de *pimenta negra longa* (1), de *grãos de zelim* e de *maniguette* (2), êste último por confusão com a verdadeira malagueta.

Pelos fins do XV século, ou princípios do seguinte, introduziu-se na Europa a cultura de diversas espécies do género *Capsicum,* da família das Solanáceas. Parece que tôdas estas espécies são de origem americana (3). A primeira notícia que temos destas plantas, é dada pelo médico Chanca, natural de Sevilha, e companheiro de Cristóvão Colombo na sua segunda viagem, o qual as descreve sob o nome de *agi,* usado pelos naturais das Antilhas (4). Trazido o *Capsicum* para a Europa, aí se generalizou ràpidamente a sua cul-

---

(1) Com êste nome *(poivre long noir)* a menciona Pomet, negociante droguista de Paris, referindo-o a uma figura bastante exacta, para que se não possa duvidar da identidade da espécie. *(Hist. géner. des drogues,* p. 225, f. 140, éd. de 1735).

(2) Os nomes de *maniguette, bois d'Ecorce, poivre d'Ethiopie* são dados a uma planta denominada *Waria Zeylanica,* por Fusée Aublet *(Hist. des plantes de la Guiane,* I, p. 605, t. 243), a qual sem dúvida é a *Xylopia Æthiopica.*

(3) Temos em favor desta opinião a autoridade de Robert Brown *(Exp. to the river Zaire,* etc. Appendix. p. 469) e a não menos valiosa de A. de Candolle (*Prodrom.* XIII, I p. 412). Fraas é de opinião contrária, e supõe que o *Capsicum longum* DC. fôra conhecido de Teofrasto. *(Synops. pl. fl. classic.,* p. 169).

(4) Veja-se a carta de Chanca nas *(Select letters of Columbus,* etc., na Col. Hakluyt).

tura. D. Nicolau Monardes, que escreveu não muitos anos depois da conquista do Novo Mundo, diz que em tôdas as hortas de Espanha se cultivava (1). Clúsio dá a mesma notícia em relação a Espanha e Portugal, aonde, nos arredores de Lisboa, observou diferentes espécies e variedades (2). Pelas qualidades pungentes e ardentíssimas de seus frutos receberam estas plantas o nome de *pimenta,* sendo chamadas, no tempo em que Clúsio visitou Lisboa, *pimenta do Brasil* e depois *pimenta de Espanha* ou de *Caiena* e também *pimento, pimentão* e *malagueta.* É o fruto pequeno, alongado e muito ardente, da variedade quási arbustiva, que geralmente se conhece com o nome de malagueta. Como a cultura desta planta é hoje muito espalhada no meio-dia da Europa e também na África, e ao mesmo tempo a antiga malagueta é rara no comércio e pouco usada, o nome transferiu-se na linguagem vulgar para o fruto do *Capsicum,* sendo geralmente ignorado que durante séculos designou uma planta totalmente diversa.

Quanto a essa planta, que agora nos ocupa, pertence à família das Zingiberáceas, do grande grupo das Monocotiledóneas: família constituída por vegetais das regiões quentes do globo, nos quais abundam princípios aromáticos e cujas raizes, ou antes rizomas, e sementes, fornecem alguns produtos muito conhecidos desde tempos antigos, como são os cardamomos, a curcuma, a galanga e o gengibre. Os cardamomos, produzidos pelo género *Elettaria* e por algumas espécies do género *Amomum* da Ásia ou do oriente da

---

(1) *Simplicium medic. ex novo orbe delatorum,* tradução latina de Clúsio inserida nos *(Exotic.* p. 343). Monardes, excelente autoridade pelo tempo (1565) e lugar em que escreveu, admite a origem americana da planta.

(2) Clúsio, nas notas a Monardes (*Exotic.* p. 343. A numeração das páginas vem errada na edição de 1605 e lê-se 341 mas deve ser 343). Na mesma nota diz Clúsio que a planta se chamava então em Lisboa *pimenta do Brasil.*

África, foram conhecidos dos antigos, mas bastante confundidos entre si. Dioscórides e Plínio, e ainda mais os seus comentadores, como Ruélio, Valério Cordo, Laguna, Matthioli e outros, enredaram por tal forma a sinonímia dos cardamomos (1), que os trabalhos modernos, e em especial as pacientes investigações do erudito Hanbury, ainda não conseguiram dissipar tôda a obscuridade e remover tôdas as dúvidas (2). Quando a semente do *Amomum* da África ocidental começou a aparecer no comércio foi envolvida nesta confusão, recebendo por vezes os nomes de *cardamomum majus* (3) e *cardamomum piperatum,* conquanto fôsse geralmente chamada *melegeta* ou *granum paradisi.* A natureza e pátria da planta que a produzia eram então ignoradas e mesmo quando depois as viagens dos portugueses lançaram alguma luz sôbre êstes pontos, a distinção das espécies permaneceu por muito tempo, e até aos nossos dias, em extrêmo duvidosa e incerta.

Foi Lineu o primeiro a descrever uma Zingiberácea sob o nome de *Amomum Granum-paradisi* (4); porém, dando uma diagnose curtíssima, como era seu costume, que mal permite descriminar a que planta se referia, e citando a par da habitação exacta na Guiné, a habitação em Madagáscar e em Ceilão, aonde não existe tal espécie e sim outras distintas, temos a prova de que confundiu a espécie do ocidente de África, com alguma outra da África oriental ou da Ásia. Torna-se assim muito difícil saber o que na realidade seja a planta de Lineu. Um botânico sueco, que no comêço dêste século assistiu por algum tempo em Serra Leoa, Afzélius, descreveu depois uma espécie sob o mesmo nome de *A. Gra-*

(1) Esta embaraçosa conclusão fazia exclamar ao antigo autor Geoffroy: «*Nulla res est fortasse in re Pharmaceutica magis litigiata quam Cardamomi notitia.*» (*Tractatus de materia medica,* II, p. 364).

(2) Vidé Nota da 2.ª edição, pág. 75.

(3) Esta denominação é também dada às sementes de *Elettaria mejor* Smith, planta de Ceilão. (Nota desta edição).

(4) *Spec. plant.* I p. 9 ed. Willd. 1797.

num-paradisi ([1]). Mais tarde Roscoe, em uma monografia das Scitamíneas, estabeleceu uma espécie que julgou nova, mas parece ser uma simples variedade da já descrita por Afzélius, da qual diz provirem as sementes do comércio, e à qual deu o nome de *A. Melegueta* ([2]). Algum tempo depois, sir J. Smith, em trabalhos diversos e particularmente em vários artigos da *Cyclopædia* de Rees, ocupou-se do género *Amomum* criando algumas espécies novas. O dr. Hooker publicou finalmente diferentes notícias sôbre estas plantas, e fêz a revisão dos *Amoma* da África ocidental ([3]). Devemos ainda citar as observações de Jonathan Pereira, inseridas nas sucessivas edições dos seus elementos de Matéria Médica, assim como as do sr. Planchon nas últimas edições da História das drogas de Guibourt ([4]) e muito particularmente uma memória importante do dr. Daniell, à qual já repetidas vezes me referi, fruto de longas e cuidadosas investigações feitas na costa de África ([5]).

De todos êstes trabalhos resulta que houve numerosos enganos e trocas na descrição e identificação das diversas espécies, devidos por um lado à dificuldade de as distinguir e por outro à imperfeita exploração da região que habitam. Ainda hoje não concordam absolutamente os diversos autores, Hanbury, o dr. Hooker e o dr. Daniell, sôbre a sua limitação e o valor de algumas formas, que uns julgam espécies e outros simples variedades. Não entra no plano dêste

---

([1]) *Remedia guineensia,* p. 71. Upsaliæ; citado por Flück. et Hanb. *Pharmac.* p. 590.

([2]) *Monandrian plants of the order Scitamineæ,* etc. 1828.

([3]) Hooker *(On some afr. sp. of. Amomum. Kew gardens misc.* VI, p. 293) vem transcrito em *(Walpers Ann. bot. syst.* VI, p. 19); pode-se também consultar (*Bot. mag.* t. 4603 e 4764 e notícias anexas).

([4]) Guibourt *(Hist. nat. des dr. simples* II, p. 224. 1876).

([5]) Daniell *(On the Amoma of Western Africa. Pharm. Journal* XIV, p. 312 e 356, XVI, p. 465 e 511).

trabalho a descrição minuciosa das espécies, nem a discussão da sua sinonímia muito complicada e das divergências em alguns pontos secundários, que ainda podem existir entre uns e outros botânicos e se encontram expostas nas obras citadas.

Basta-nos dizer, seguindo principalmente a opinião do dr. Daniell, que as sementes se podem distribuir em dois grupos: o primeiro da *malagueta vera,* ao qual pertence quási tôda a droga do comércio, tendo em subido grau as qualidades aromáticas e pungentes que a tornam procurada; o segundo da *malagueta dúbia,* aproveitada pelos negros na falta da primeira, e servindo mesmo para adulterar a droga trazida aos mercados, pois possui algumas das suas qualidades, posto que em menor grau.

A *malagueta vera* parece ser produzida por uma única espécie, o *Amomum Granum-paradisi* Afz. (1), da qual se encontram três variedades distintas.

Var. a. majus: de porte maior e frutos e sementes grandes, a mais estimada. Encontra-se principalmente na costa da Malagueta e do golfo de Guiné, e particularmente nos lugares baixos, úmidos e férteis. É a forma que Roscoe considerou como espécie distinta e descreveu com o nome de *A. Melegueta.*

Var. b. medium: de porte e frutos menores. Habita os terrenos montanhosos da Serra Leoa e outros lugares. Parece ser a que serviu de tipo à descrição de Afzélius.

Var. c. minus: própria às regiões mais sêcas e mais elevadas, de porte, frutos e sementes muito reduzidos; uma verdadeira variedade subalpina.

Quanto à *malagueta dúbia,* é produzida por um certo número de espécies bem distintas, como são o *Amomum exscapum* Sims., *A. longiscapum* Hooker fil., *A. latifolium*

---

(1) É esta a opinião de Daniell, da qual se afasta um pouco Hooker, e também Flückiger e Hanbury na sua *Pharmacographia.*

Afzélius, *A. Danielli* (1) Hooker fil., *A. palustre* Afzélius, *A. Pereirianum* Daniell.

A exploração botânica da África intertropical está demasiado imperfeita, para que se possa fixar com rigor, ou mesmo com uma tal ou qual segurança, a demarcação das áreas habitadas pelas diferentes espécies vegetais. Os limites, que vamos indicar, devem pois tomar-se apenas como uma grosseira aproximação, sujeita a muitas correcções.

Pelo lado do norte a malagueta começa a encontrar-se desde o Cabo Verde ou talvez mesmo desde o Senegal. Parece porém ser bastante rara na região próxima ao mar que corre da foz dêste rio à do Gâmbia. A que por aí se vende é trazida do interior pelos mandingas e provém do alto Senegal, alto Gâmbia e das terras de Bambará. Podemos pois fixar como limite norte, aproximadamente, o paralelo de 15° latitude norte.

Caminhando para o sul encontra-se na Guiné portuguesa, porém em pequena quantidade. É mais freqüente a partir do rio de Nuno Tristão, e muito abundante desde a Serra Leoa até ao cabo das Palmas. Predomina sempre nos terrenos baixos, úmidos e fundos, aonde chega a invadir as culturas, sendo difícil de destruir. Do cabo das Palmas para este abunda em tôda a zona da costa da Mina, costa de Benim e delta do Niger até ao rio dos Camarões, encontrando-se também na ilha de Fernando Pó. Existe igualmente no Gabão e em geral em tôda a costa que corre norte-sul do rio dos Camarões até ao Zaire. Começa porém a ser mais rara ou pelo menos a não dar lugar a tão activo comércio. Estende-se a habitação da planta além do Zaire. Temos nesta parte uma informação importante dada pelo dr. Welwitsch, o qual nas suas explorações botânicas não encontrou a planta espontânea, mas foi informado de que existe nas

(1) Encontra-se nas ilhas de S. Tomé e do Príncipe, aonde é conhecido com o nome de *Uçame*.

florestas do interior do Congo (1). Comparando esta informação com o itinerário seguido por Welwitsch, pode fixar-se como limite aproximado sul o paralelo de 7° latitude sul. Vê-se pois que a planta se encontra localizada em uma região bastante vasta, que se estende ao norte e ao sul do Equador, dilatando-se mais para o norte (2).

O limite oriental é muito mais vago, senão absolutamente desconhecido. As vastas regiões do Sudão têem sido atravessadas por alguns, poucos, exploradores europeus, mas não estudadas botânicamente. Sabemos apenas que aos mercados da costa vem malagueta das terras de Bambará e talvez das de Massina no alto Niger, que por outro lado as caravanas ainda hoje levam a Murzuque, na Fezânia, alguma malagueta do Sudão (3), mas ignoramos a região onde é produzida. Atendendo às condições bastante uniformes de temperatura e umidade que reinam no Sudão, é natural supor que alguns *Amoma* da costa ocidental, se não todos, se estendam em uma vasta habitação até à região dos lagos, ou mesmo de costa a costa. Na Abissínia, no país dos Galas, e mesmo na costa oriental existem espécies de *Amomum,* mas a sua identidade com as da costa ocidental, conquanto admitida por alguns autores (4), não está completamente demonstrada.

---

(1) Veja-se a notícia sôbre os *Dongos do Congo* na *(Synopse expl. das mad. e dr. medicinaes,* p. 30, num. 51-74) e também *(Apont. phytogeographicos,* p. 544) nos *Annaes do Conselho Ultramarino.*

(2) É necessário advertir que êstes limites se referem à planta espontânea, pois que se encontra cultivada não só em outras regiões da África, por exemplo nas margens do rio Cuango, mas ainda na América, em Demerara e outros pontos.

(3) A substância mencionada pelo capitão Lyon, sob o nome de *Tammerat el filfil,* entre as mercadorias trazidas do Sudão à Fezânia, é, sem a menor dúvida, a malagueta *(A narr. of travels in northern Africa,* etc., p. 156, 1821).

(4) Assim Pereira supõe que o *cardamomo* conhecido na Abissínia com o nome de *Corarima* é idêntico ao *Amomum angustifolium* Sonnerat, de Madagáscar, e Hanbury (*Pharm. Journ.* 1872) considera um e outro idênticos ao *A. Danielli* Hooker fil.

É forçoso confessar que o conhecimento destas plantas é demasiado imperfeito e a exploração destas regiões demasiado incompleta para que desde já se possam formular quaisquer conclusões seguras.

IV

DO COMÉRCIO DA MALAGUETA, E DA PARTE DA COSTA A QUE SE DEU ÊSTE NOME

Na última metade do XV século e no princípio do seguinte, o comércio da *malagueta,* como o de todos os outros produtos da costa ocidental da África, foi exclusivamente feito pelos portugueses. O carácter, que distingue os descobrimentos dos nossos e os separa de muitas tentativas arrojadas, mas desconexas, de outros navegadores, é a energia e a persistência com que não só prosseguem avançando para o desconhecido, mas vão consolidando, por meio de novas e repetidas expedições, o seu domínio nas longínquas praias recentemente visitadas. Inspiradas pelo génio ardente do infante D. Henrique, as navegações portuguesas algum tanto afrouxam no tempo de D. Afonso V, ocupado pelas dissenções intestinas do reino, pelos cuidados das expedições à África mediterrânica e pela luta em que a defesa dos direitos da excelente Senhora o havia envolvido; tomam porém novo impulso sob a mão enérgica e inflexível de D. João II, para chegarem, no reinado de D. Manuel, a essa época de maravilhosa expansão, em que as naus portuguesas sulcavam todos os mares. Não se satisfazem os nossos em descobrir novas terras, mas procuram firmar por tôda a parte o domínio português, levantam o castelo de Arguim, edificam a fortaleza de S. Jorge da Mina e cobrem a costa

oriental da África e a costa do Malabar de fortes e feitorias. Estabelecem-se assim relações seguidas e um activíssimo comércio com a África e o Oriente, no qual as especiarias representavam, como é geralmente sabido, o mais importante papel.

Hoje, que algumas especiarias têem caído em completo desuso e abandono, e outras se encontram tão vulgares e correntes no comércio, surpreende-nos a singular estima em que foram tidas nos tempos antigos durante tôda a Idade Média e ainda no primeiro período do Renascimento. É certo, porém, que as difíceis e muitas vezes interrompidas relações com o Extremo Oriente, e as longas e demoradas viagens pela Pérsia ou pelo Mar Vermelho (1), tornaram êstes produtos vegetais raros e custosos e por isso mesmo procurados como objecto de luxo excepcional. As dúvidas sôbre a sua pátria, o mistério que envolvia a sua origem e fazia considerar alguns como provenientes do paraíso terrestre (2),

---

(1) O livro de Pegolotti, já muitas vezes citado, dá interessantes notícias sôbre o comércio com o Oriente. Pode-se consultar também um curioso capítulo de João de Barros *(Ásia,* dec. I, liv. VIII, cap. I), do qual se vê quanto eram extensas e exactas as suas informações sôbre o modo por que se fazia o tráfico das especiarias, antes de os nossos haverem dobrado o cabo da Boa Esperança; e igualmente o bem conhecido *(Tratado dos diversos e desvairados caminhos,* etc.) de António Galvão.

(2) Sôbre a suposta situação do paraíso e a sua vegetação, pode ler-se a relação de Fr. João de Marignolli, e as eruditas notas de Yule *(Cathay and the way, etc.,* pp. 360 e seguintes). Veja-se também uma carta de Letronne inserida na obra de Humboldt *(Hist. de la géographie du nouveau continent,* III, p. 118). Nesta mesma obra se encontram expostas e discutidas as curiosas opiniões de Cristóvão Colombo sôbre a proximidade em que deviam estar as novas terras, por êle descobertas, do paraíso terreal (*Hist.,* etc., III, p. 111). Enquanto à influência do paraíso sôbre a produção das especiarias ou substâncias aromáticas, diz-nos Maçudi, escritor árabe do X século, que Adão saíu do paraíso coberto de fôlhas, e que estas depois de sêcas, sendo espalhadas pelo vento sôbre a Índia, deram origem a todos os aromas daquela região. *(Les prairies d'or,* etc., trad. de B. de Meynard et P. de Courteille, I, p. 60). O prudente árabe acrescenta no entanto «Deus sabe melhor a verdade». É curiosa a aproximação entre esta singular asserção e outra muito semelhante que encontramos nas obras de Santo Atanásio, o qual no diálogo *Quæstiones ad Anthiocum (Opera,* etc., II, p. 279. Parisiis 1698), diz que a abundância de substâncias aromáticas nas regiões orientais ou Índicas, é devida à proxi-

ainda mais contribuïram para que se encarecessem as suas excelências como medicamentos e como adubos. Quantidades pequenas destas substâncias, e que hoje teríamos por insignificantes, se ofereciam como valiosos presentes a papas e imperadores, ou se enumeravam cuidadosamente entre as riquezas acumuladas em seus tesouros (1).

O desejo de chegar às terras aonde cresciam tão ricos e estimados produtos e de, pela comunicação directa, arrancar das mãos dos venezianos o monopólio do trato comercial com o Oriente, foi sem dúvida uma das causas principais que incitaram portugueses e espanhóis nas suas navegações.

É impossível desconhecer que outros motivos mais elevados e desinteressados actuaram no ânimo dos nossos antepassados. As vivas crenças religiosas e o empenho de dilatar a verdadeira fé entre as populações pagãs ou maometanas, o intuito de alargar o domínio das quinas, acrescentando novas glórias, a tantas que já as rodeavam, e ainda o puro interêsse científico de resolver alguns problemas geográficos, influiram por certo nos portugueses para os lançar em emprêsas heróicas, nas quais nunca regatearam o sangue nem a vida. Todavia, devemos confessar que a êstes motivos mais puros acresceram depois a sêde do lucro, a rivalidade com as opulentas cidades de Itália e a atracção irresistível exercida pelas

---

midade do paraíso, pois o vento que dali sopra pode tornar fragrantes e aromáticas as árvores das terras vizinhas, «*sic fragrantia quæ ex paradyso ventorum afflatu exit, arbores locorum illorum viciniores fragrantes efficit.*» Destas e de outras opiniões semelhantes resultou o nome de *grana paradysi*, dado, como vimos, à malagueta.

(1) O godo Alarico exigia da cidade de Roma, para levantar o cêrco, um resgate no qual figurava, ao lado de avultada quantia de ouro e prata, uma porção relativamente pequena de pimenta. Constantino oferecia ao papa S. Silvestre vasos de ouro cravejados de pedrarias contendo quantidades mínimas de perfumes e especiarias. Nos tesouros de Chosroes II, rei da Pérsia, mencionava-se a existência da cânfora, do almíscar e do sândalo. Muitos outros exemplos, que seria fácil acumular, provam quanto eram considerados êstes produtos de afastadas regiões.

riquezas do Oriente, a terra das pedras preciosas, do ouro e das especiarias.

As relações com o Extremo Oriente haviam-se tornado durante a dominação dos tártaros, pelos XIII e XIV séculos, mais seguidas e freqüentes. A viagem tão conhecida de Marco Polo e as peregrinações de alguns frades menores, como Fr. João de Plano Carpini, Guilherme Rubruk, mais conhecido com o nome de Rubruquis, Fr. João de Monte Corvino, Fr. Odorico de Pordenone, Fr. João de Marignolli e muitos outros, rasgaram um pouco o véu que envolvia as terras quási fabulosas do Cataio ou da Ilha de Cipango e avivaram o desejo e a cubiça de penetrar naquelas regiões, pois antes encareciam que diminuíam a fama já antiga das suas riquezas. Se algumas destas viagens foram menos conhecidas ou quási ignoradas (1), não sucedeu o mesmo a tôdas. As cópias e traduções da relação escrita por Marco Polo multiplicaram-se desde logo, e é bem sabido que em Portugal se conheceram e estudaram na época que precede o grande movimento dos nossos descobrimentos (2). O mesmo

---

(1) Ao período de grande expansão que teve o cristianismo no Oriente, e particularmente na Tartária e na China, nos fins do século XIII e começo do seguinte, sucede uma rápida decadência, durante a qual quási se apagou a sua memória. Quando no XVI século os Jesuítas penetraram na India e na China, e tão cuidadosamente buscaram os vestígios dos cristãos de S. Tomé, ou tiveram pouca notícia, ou intencionalmente calaram os grandes serviços feitos pelos Dominicanos, e sobretudo pelos Franciscanos, que ali os haviam precedido, e aos quais só mais tarde se fêz completa justiça. Veja-se Huc *(Le christianisme en Chine,* etc., I, p. 94 e seguintes) e também o livro já tantas vezes citado de Yule *(Cathay and the way,* etc.).

(2) Quando o infante D. Pedro esteve em Veneza, foi-lhe ali oferecido um exemplar do livro de Marco Polo; o manuscrito original, como supôs Ribeiro dos Santos (*Mem. de litt. portugueza,* VIII, p. 276, 2.ª ed.) ou, o que é mais provável, uma cópia autêntica. Valentim Fernandes, no prefácio à tradução portuguesa que depois fêz, menciona esta circunstância. Ramúsio dá a mesma indicação *(Discorso sopra la prima et secunda lettera di Andrea Corsali. — Delle nav.,* I, p. 176 v.°, Venetia 1563), e refere-se à influência que o livro teve em Portugal «*e che'l detto libro dapoi tradotto nella loro lingua fu gran causa che tutti quelli serenissimi Re s'infiammassero a voler far scoprir l'India orientale, e sopra tutti il Ré Don Giovánni.*» Por esta ou

se deu no XV século com a viagem de Nicolo di Conti, escrita por Poggio (1) e àvidamente lida e estudada pelos mais notáveis geógrafos de então, como Fra Mauro e Toscanelli.

Os projectos para chegar a essas ricas regiões do Oriente, *a terra das especiarias,* ocupam por esta época todos os espíritos. D. Afonso V manda por um dos seus capelães, o cónego Fernão Martins, consultar o célebre Toscanelli sôbre o mais curto caminho para aquela terra. Cristóvão Colombo consulta igualmente Toscanelli sôbre o seu grande intento de chegar aonde nascem as *especiarias* navegando para o ocidente; intento que não levou a cabo, que só devia realizar Fernão de Magalhães alguns anos mais tarde, mas que o conduziu ao inesperado descobrimento do novo mundo e ilustrou para sempre o seu nome. D. João II, não afrouxando nas expedições marítimas, manda pela via do Mediterrâneo Pero da Covilhan e Afonso de Paiva, estudar o caminho para a terra das especiarias e procurar o Preste João, êsse singular e misterioso personagem que tanto ocupou as atenções do mundo cristão durante alguns séculos (2).

---

por outra cópia, se fêz desde logo uma tradução portuguesa, pois entre os livros de uso de el-rei D. Duarte, figura *Marco Paulo, latim e linguagem em um volume (Provas da Hist. Geneal.,* etc., I, p. 544). Anos depois fêz Valentim Fernandes a sua tradução, que imprimiu em Lisboa em 1502, obra muito rara, da qual a Biblioteca Nacional de Lisboa possui um exemplar.

(1) A relação da viagem de Nicolo di Conti foi, por ordem do papa Eugénio IV, ditada ao seu secretário Poggio Brassiolini e por êste escrita em latim. Foi depois vertida em português por Valentim Fernandes e publicada juntamente com a obra de Marco Polo, com o título *Ho livro de Nycolao Veneto.* Quando Ramúsio a quis inserir na sua colecção, não pôde encontrar o original latino e teve de recorrer à versão portuguesa, bastante defeituosa. *(Dell. nav.,* et., p. 338 — 1563). Depois porém se publicou a relação em latim juntamente com outras obras de Poggio *(De varietate fortunæ libri quatuor* — 1723) e por esta fêz o sr. Major a tradução inglesa inserida no livro *(India in the fifteenth century — Collec. Hakluyt).* Sôbre a influência exercida pelo livro de Conti, veja-se Humboldt *(Hist. de la géog. du nouv. cont.,* I, p. 216).

(2) Primeiro mandou D. João II, Fr. António de Lisboa e Pero de Montarroio, que por ignorarem a língua arábica não prosseguiram na sua viagem;

Dada esta preocupação dos espíritos, êste desejo de alcançar as terras do Oriente ricas em aromas e produtos preciosos, e os esforços durante muitos anos baldados para aí penetrar dobrando a *terra incógnita* do continente africano, fácil é compreender com que alvorôço seria acolhido o descobrimento, nas novas terras de África, de substâncias vegetais aromáticas capazes de rivalizar com as produções da Ásia. É o que se torna bem patente pela solicitude com que, no dizer de João de Barros e de Garcia de Rezende, D. João II procurava fazer conhecida nos mercados da Europa, a pimenta trazida por João Afonso de Aveiro da costa de Benim ([1]).

Por mais importante se teve, sem dúvida, o descobrimento da *malagueta,* pois se tratava não de uma substância nova e que podia ser recebida no comércio com maior ou menor aceitação, mas de uma droga conhecida, apreciada e única talvez, entre as drogas africanas, que gozava já então de tanta nomeada como as especiarias do Oriente.

Que esta droga ou especiaria fôsse conhecida dos portugueses antes de descobrirem as terras donde é natural, parece-me fora de tôda a dúvida. O contacto que tiveram com os italianos, a presença nas esquadras portuguesas de genoveses e venezianos versados na navegação e comércio do Mediterrâneo, levam-nos a crer que os nossos andassem bem informados do valor e natureza dos principais objectos de tráfico com o Oriente e com a África. O modo por que

---

depois Afonso de Paiva e Pero da Covilhan e, finalmente, em busca dêstes, dois judeus, Rabi Abram de Beja, e um sapateiro de Lamêgo chamado José. Veja-se o que diz Barros *(Asia,* dec. I, liv. III, cap. V) e sobretudo a relação muito mais detalhada dada pelo padre Francisco Álvares na *(Verdadeira informaçam das terras do Preste Joam).*

([1]) Diz João de Barros falando da pimenta de rabo «a qual ElRei mandou a Frandes, mas não foi tida em tanta estima como a da India.» *(Asia,* dec. I, livr. III, cap. III). Garcia de Rezende diz também da mesma pimenta «da qual foi logo mandado a Frandes.» *(Chron. del Rey D. João II,* pág. 43 verso. Lisboa).

alguns dos primeiros navegadores, como por exemplo Diogo Gomes, se referem àquela substância confirma inteiramente esta opinião.

Que por outro lado a pátria da *malagueta* e a natureza da planta que a produz fôssem então desconhecidas, parece-me facto igualmente provado. É bem notório que as regiões centrais da África não permaneceram inexploradas, até aos descobrimentos dos portugueses na costa ocidental, e que desde épocas remotas os viajantes e mercadores árabes penetraram no Sudão. Pelas relações que êstes conservaram durante muito tempo na Península, deviam os portugueses e os espanhóis andar mais bem informados das coisas de África que outro qualquer povo da Europa; sabemos, mesmo, com quanto zêlo e solicitude o infante D. Henrique procurava obter, por esta via, informações das terras africanas (1); no entanto não temos motivo para supor que essas informações fôssem muito exactas e detalhadas, no que dizia respeito à origem e natureza das produções vegetais.

---

(1) Sôbre as informações que o infante tomava dos árabes veja-se o que diz João de Barros: «Donde assi na tomada de Cepta como as outras vezes que lá passou sempre inquiria dos mouros as cousas de dentro do sertão da terra» vindo a saber não só das terras dos Alarves e do Sáara mas também dos Azenegues, «que confinam com os negros de Jalof onde se começa a regiam de Guiné.» *(Asia,* dec. I, livr. I, cap. II). Damião de Góis fala também «das muitas informações que (o infante) cada dia tomava de mouros e azenégues practicos nas cousas de Africa» *(Chron. do Princ. D. Joam,* etc. cap. VII). Diogo Gomes conta que estando em Cantor, no Rio Gâmbia, aí soubera de uma batalha travada entre dois régulos negros do interior, e que voltando ao reino, dera esta notícia ao infante, o qual lhe respondeu que por uma carta de um mercador de Oran já fôra informado daquele sucesso. Prova curiosíssima de quanto eram extensas as relações que D. Henrique mantinha com o interior de África.

Sôbre o conhecimento que os árabes tiveram do Sudão desde o tempo de Ibn Haucal (X século) e a influência que as noções por êles obtidas e transmitidas mais tarde aos cristãos exerceram na construção da carta catalã de 1375, na do museu Bórgia e em outros monumentos cosmográficos, veja-se o que diz o visconde de Santarém *(Essai sur l'hist. de la cosm.* etc.) A curiosa viagem de Ibn Batuta às terras do Alto Niger, em 1352, dá uma idéia clara das relações dos árabes com aquelas regiões. *(Viagens ext. e dil. de Abu-Abdallah,* etc., versão de fr. J. de Santo António Moura, II, pág. 140 e seguintes).

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

Algumas passagens das narrações dos nossos primeiros navegadores vêem também em apoio desta opinião. Diz Diogo Gomes, enumerando os objectos que os negros trouxeram de terra, estando as suas caravelas em frente do rio Grande: «e uma quarta de malagueta em grão e nos fructos em que nasce, de que fiquei muito satisfeito.» Parece-me resultar claramente desta frase que conhecia bem a malagueta, sabia o seu valor, e folgava de encontrar a terra ou região aonde era produzida. Ainda mais, referindo-se ao facto, que parece julgar importante, de trazerem a semente incluída nos frutos, indica que êstes lhe eram menos familiares que a semente ou grão, o que é natural, pois se encontravam com menos freqüência no comércio. Tinha portanto a vista do fruto por um sinal de que a planta se encontrava em lugares próximos, como de feito sucedia.

Foram pois os portugueses os primeiros europeus que observaram a planta e definiram bem a situação das terras aonde nasce; situação que se havia conservado durante a Idade Média envolvida em grande obscuridade e mistério, dando origem ao nome de *grana paradisi*. Lançou-se assim um primeiro raio de luz sôbre um ponto importante de geografia botânica.

Foram igualmente os portugueses os primeiros a darem a uma parte do litoral africano o nome, que ainda conserva, de costa da Malagueta. Vamos demonstrar, pelo exame de alguns documentos importantes, que êste nome se aplicava à mesma extensão de costa, hoje assim designada, e que os limites pouco ou nada têem variado.

Como vimos, a primeira malagueta encontrou-se na região do Gâmbia e nas terras da Guiné portuguesa, que foram descobertas, em 1446, por Nuno Tristão (1) na viagem em que pereceu, e visitadas no mesmo ano e nos

(1) Azurara (*Chron. da conq.* etc., pág. 400). Barros (*Asia*, dec. I, liv. I, cap. XIV).

seguintes por Álvaro Fernandes ([1]), Diogo Gomes ([2]) e Ca da Mosto ([3]). Alguns anos depois, no de 1460 ([4]), Pedro de Sintra avançou muito nos descobrimentos correndo tôda a costa africana até à Serra Leoa, a qual já fôra reconhecida por Álvaro Fernandes mas, ao que parece, imperfeitamente, e avançando para o meio dia até ao cabo Mesurado e ao arvoredo de Santa Maria. Dos anos seguintes temos escassas notícias; é certo, porém, que pouco ou nada se adiantou, e que mesmo a última parte da viagem de Pedro de Sintra era mal conhecida, pois se encontra, no contrato celebrado com Fernão Gomes no ano de 1469, marcada a Serra Leoa como o têrmo dos anteriores descobrimentos, feitos pelo mencionado Pedro de Sintra e por Soeiro da Costa ([5]). Em Janeiro de 1741 descobriram João de Santarém e Pedro de Escobar ([6]) o resgate do ouro, já no golfo de Guiné sendo, ao que parece, os primeiros que correram a costa depois chamada da Malagueta. Podemos portanto fixar o descobrimento daquela costa entre o ano de 1460, em que as nossas caravelas passaram além da Serra Leoa, e o de 1471, em que penetraram no golfo de Guiné, dobrando o cabo das Palmas.

O nome de Guiné, aplicado primeiro de um modo vago a todo o ocidente de África, veio depois a dar-se mais especialmente à terra dos negros, aos quais os primeiros historiadores das nossas conquistas, como por exemplo Azurara,

---

([1]) No mesmo ano de 1446. Azurara *(Chron.* etc., pág. 410). Barros *(Ásia,* ibid.).

([2]) Em 1448; veja-se Major *(Life of Princ. Henry,* etc., pág. 288).

([3]) Em 1454 e 1455. *(Collecção de not.,* etc., II, pág. 28 e seguintes). As datas citadas não são as admitidas na versão portuguesa, mas as que se encontram em Ramúsio, tidas geralmente por mais exactas.

([4]) *Collecção de not.,* II, pág. 73.

([5]) Barros *(Ásia,* dec. I, liv. II, cap. II).

([6]) Barros (ibid.).

chamam muitas vezes guinéus. O rio Senegal determinava rigorosamente o limite setentrional da Guiné, pois que as diferenças de vegetação e de clima, e a passagem dos berberes ou mouros da margem direita aos negros Jalofos da margem esquerda estabeleciam aí uma transição rápida, que não escapou à observação dos nossos (1). Dava-se portanto o nome de costa de Guiné, à que corria para o meio-dia do Senegal, e às vezes o de costa de Anterote, à que ficava ao norte, entre o cabo Branco e a foz do dito rio. O limite meridional da Guiné não era bem definido, e parece ter-se designado com aquêle nome tôda a Senegâmbia, assim como tôda a região que hoje o conserva mais especialmente e limita pelo norte o golfo de Guiné. É certo, porém, que as diversas partes da costa começaram desde logo a receber nomes especiais, derivados geralmente das principais mercadorias que aí afluíam. Assim como parte da costa do golfo de Guiné, que corre para oriente do cabo das Palmas, se chamou costa do Resgate do ouro ou da Mina, a que fica aquém daquele cabo teve o nome de costa da Malagueta.

Encontra-se uma primeira menção dêste nome nos escritos de Cristóvão Colombo, o qual, antes de empreender a célebre viagem em que descobriu o novo mundo, tinha navegado várias vezes para Guiné em companhia dos portugueses. Na relação da sua primeira expedição à América, diz, por incidente, ter visto, tempo antes, algumas sereias na costa da Malagueta (2). Conquanto não sejam conhecidas,

---

(1) Veja-se o que diz Azurara *(Chron. da conq.,* etc., pág. 158), em uma curiosa passagem na qual define bem o sentido em que toma a palavra. Pode-se consultar igualmente o admirável capítulo cheio de observações curiosas e exactas de João de Barros *(Ásia,* Dec. I, livr. III, cap. VIII). Sôbre o conhecimento que os árabes tiveram da Guiné e sôbre os erros cometidos em relação à sua situação geográfica antes dos descobrimentos dos portugueses, veja-se o visconde de Santarém (*Essai sur l'hist. de la cosm.,* etc., I pág. 300) e também a *(Mem. sobre a prior.,* etc., pág. 161 e seguintes).

(2) *É nel libro del primo viaggio dice, que egli vide alcune sirene nella costa della Manegueta. (Hist. del signor D. Fernando Colombo,* etc., pág. 16.

com rigor, as datas das suas viagens a África, podem-se fixar com bastante aproximação. De feito, Colombo afirma, no seu tratado das zonas habitáveis, que esteve no Castelo da Mina do rei de Portugal (1). Como a fortaleza de S. Jorge da Mina foi mandada edificar no ano de 1481 e terminada no seguinte de 1482, e como no de 1484 (2) saíu Colombo para Espanha a oferecer os seus serviços aos reis de Castela, segue-se que uma das suas viagens teve lugar entre estas datas e que as outras foram provàvelmente anteriores, pois decerto não voltou à Guiné depois de passar a Espanha. Vê-se, portanto, que já nessa época os portugueses, com quem Colombo navegou, empregavam a designação de costa da Malagueta (3).

Venezia 1676). Esta biografia do almirante foi escrita por seu filho D. Fernando Colombo em espanhol, vertida por Afonso Ulloa em italiano e, havendo-se perdido o manuscrito original o qual nunca fôra publicado, vertida de novo em espanhol e inserida na colecção de *Historiadores primitivos*, de André Gonzales Barcia. A versão italiana, de que se fizeram diversas edições, é portanto a mais autêntica.

(1) «*Yo estuve en el castillo de la Mina del Rey de Portugal*». Veja-se a *Historia de las Indias*, de Las Casas, contemporâneo do almirante. (Navarrete. *Collection de Doc.*, etc., t. LXII). Na biografia antes citada, escrita por D. Fernando Colombo, encontra-se a mesma asserção. Enquanto às outras viagens, Las Casas diz que o almirante «*affirma haber navegado muchas veces de Lisbona a Guinéa*». As datas, porém, são duvidosas e o próprio D. Fernando Colombo confessa não saber bem quando tiveram lugar estas viagens de seu pai.

(2) É a data marcada por Herrera *(Historia de las Ind. ocid.*, Dec. I, libr. I, cap. VII).

(3) É evidente que a designação empregada era a usada e vulgar entre os portugueses. Colombo, como antes Ca da Mosto, A. de Nolle e outros, fêz as suas viagens nos navios portugueses, únicos que então se dirigiam para a África. O célebre genovês, pelo seu casamento com a filha de Bartolomeu Perestrelo, homem principal e demais mui versado na navegação, tinha adquirido muitas relações em Portugal, e tão português se havia tornado que Toscanelli, seu compatriota, parece olvidar-se da sua nacionalidade e confundi-lo com os portugueses, dizendo-lhe em uma carta que se não admira da sua grande coragem e da de tôda a nação portuguesa, na qual sempre houve homens assinalados em tôdas as emprêsas: «*Non mi maraviglio che tu, che sei di gran cuore, e tutta la natione Portoghese, la quale ha havuto sempre*

Vejamos agora as curiosas observações que nos depara o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, do qual já de passagem fiz menção, mas que é mister examinar em detalhe, não só pela importância das notícias que contém, como pelo facto de se conservar inédito.

Em primeiro lugar, convém advertir que o nome de *costa da Malagueta* se encontra ali mencionado repetidas vezes, como expressão vulgar e corrente. Assim em uma tabuada das latitudes de diversos lugares, vem (fol 12 v.º) a latitude do «rio dos Cestos na costa da Malagueta.» Mais adiante (fol. 50), explicando a derrota que os navios devem seguir, diz assim: «se algum navio estiver tanto avante como o cabo Ledo da Serra Lyoa e ouver de ir pera a costa da Malagueta.» E ainda em outra passagem (fol. 53 v.º), tratando do Cabo das Palmas e da navegação que convém fazer para o dobrar na volta para Portugal, diz: «Costumamos de fazer caminho de Loes Sudoeste caminho destes reynos, por nos arradarmos da costa da Malagueta.»

Quanto aos limites do litoral compreendido sob aquela designação, estão fixados com o maior rigor nas seguintes passagens. A (fl. 50) encontra-se no *Esmeraldo* o seguinte: «Item do Cabo do Mesurado ha matta de Santa Maria som 2 leguoas e esta matta he muito grande e de muito grosso arvoredo e daqui se comessa o resguate da Malagueta, que em latim se chama grany paradisy (sic) e dura este comercio 40 leguoas ao longo desta costa.» Segue depois enumerando

---

huomini segnalati in tutte le imprese etc.: segunda carta de Toscanelli a Colombo, inserida na *Hist. del signor D. Fernando Colombo,* etc., cap. VIII.

Las Casas diz, do modo o mais explícito, que as viagens a Guiné foram feitas em companhia dos portugueses «*y assi navegó algunas veces aquel camino en compania de los portuguezes, como persona ya vecina y quasi natural de Portugal*». (*Hist. de las Indias. Collec. de doc.,* etc., t. LXII). Estas informações colheu Las Casas da bôca de D. Diogo Colombo filho do almirante.

os diversos pontos do litoral (1), mencionando repetidas vezes a Malagueta entre os objectos de comércio, e quando fala do Cabo das Palmas, diz (fol. 53 v.º): «da costa da Malagueta a qual faz fim no dito cabo das Palmas.»

Das afirmações dêstes dois escritores contemporâneos, Cristóvão Colombo e Duarte Pacheco Pereira, que conheceram muito bem e freqüentaram a costa africana, se deduz que a designação de costa da Malagueta era usada nos fins do século XV e portanto se devia ter começado a empregar logo após o descobrimento. Torna-se pois bem claro que o comércio daquela droga havia tomado grande importância logo nos primeiros anos, o que nos não pode surpreender, em vista da nomeada que então tinha nos mercados da Europa. É igualmente certo que êste nome era então exclu-

---

(1) Eis as localidades mencionadas na descrição da costa da Malagueta por Duarte Pacheco:

Cabo do Monte.
Cabo Mesurado.
Mata de Santa Maria.
Rio de S. Paulo.
Rio do Junco.
Rio dos Cestos.
Ilha da Palma.
Ilhéus.
Cabo Formoso.
Resgate do Genovês.
Rio de S. Vicente.
Praia dos Escravos.
Lágea.
Cabo de S. Cremente.
Cabo das Palmas.

É fácil definir a situação da maior parte destas localidades. Na excelente obra de A. M. de Castilho, encontram-se o *Cabo do Monte, Cabo Mesurado, Rio de S. Paulo, Rio dos Juncos, Rio dos Cestos, Ilha da Palma* e *Cabo das Palmas (Desc. e Rot. da costa occ. de Africa,* I, p. 264 a 301 e mapa VIII), situados por modo que não pode haver dúvida em serem as localidades mencionadas, com os mesmos nomes, por Duarte Pacheco.

As outras designações, ou não se encontram no *Roteiro,* como são a *Mata de Santa Maria,* os *Ilhéus,* o *Resgate do Genovês,* o *Rio de S. Vicente,* a *Praia dos Escravos* e a *Lágea,* ou se encontram aplicados por modo diverso

sivamente usado entre os portugueses e pelos portugueses, ou estrangeiros, que em seus navios embarcavam, pois nestas primeiras épocas os navegadores de outras nações nem freqüentavam nem quási conheciam o caminho daquelas regiões. Quando anos depois êsses navegadores começaram a concorrer com os nossos, adoptaram a designação portuguesa ou os seus equivalentes de *Côte des grains* e de *grain coast.* Só muito recentemente se tem empregado o nome de costa da Libéria, não se tendo, ainda assim, abandonado a designação primitiva. No tocante aos limites não houve alteração, pois em tdo o tempo a costa da Malagueta se considerou como começando no cabo do Monte ou no Mesurado e estendendo-se até ao das Palmas; isto é, limitada pelo mesmo modo que na época de Duarte Pacheco.

---

daquele que se adopta no *Esmeraldo,* como são o *Cabo Formoso* e o de *S. Clemente.*

A *Mata de Santa Maria* é uma localidade bem conhecida, situada logo adiante do *Mesurado,* e aonde, segundo a relação de Ca da Mosto, já muitas vezes citada, terminou a viagem de Pero de Sintra.

O *Cabo Formoso* do Roteiro de Castilho não pode ser o *Cabo Formoso* do *Esmeraldo.* De feito, o primeiro, a *Ponta Timbo* de algumas cartas *(Rot.,* p. 276), fica ao norte do *Rio dos Cestos;* enquanto que o do *Esmeraldo* demora muito ao sul, a 7 léguas da *Ilha da Palma,* e ainda ao sul dos *Ilhéus.* Deve corresponder à *Ponta de Baffa* ou à *Ponta Tassou (Rot.,* p. 282). Não há êrro da parte de Duarte Pacheco em o colocar nesta situação, pois temos uma prova de que segue a nomenclatura usada no seu tempo. Na carta de João Freire, de 1546, vem do mesmo modo *Ilha da Palma, Ilhéu Caiado* (é um dos ilhéus citados no *Esmeraldo,* e aí se diz que eram muito brancos, donde lhe veio o nome) e depois *Cabo Formoso,* portanto na mesma sucessão que adopta o nosso autor.

Segue-se o *Resgate do Genovês,* assim chamado porque um marinheiro genovês foi o primeiro que aí resgatou malagueta, deverá colocar-se nas proximidades de *Batoa Grande (Rot.* p. 284).

O *Rio de S. Vicente* é talvez o *Rio do Sino (Rot.,* p. 285): enquanto à *Praia dos Escravos,* que tinha, no dizer de Pacheco, duas léguas de extensão, é sem dúvida a parte do litoral aonde vêem desembocar os pequenos rios *Dru, dos Escravos* e *Ferroowah (Rot.,* p. 290 a 292).

A *Lágea,* rochedo separado da costa, coisa de um quarto de légua, pode com alguma dúvida identificar-se com o *Carpenter rock* ao mar da *Ponta de Setre (Rot.,* p. 293).

Enquanto ao *Cabo de S. Clemente,* também não concorda a sua posição com a que vem no *Roteiro;* Castilho dá êste nome à *Ponta de Batoa Grande,*

Seguindo o exame do *Esmeraldo,* encontramos outras importantes notícias. A origem do nome do rio dos Cestos, vem ali explicada do modo o mais claro na seguinte passagem (fol. 51 v.°): «Item do rio do Junco ao rio dos Cestos som 12 leguoas, e este nome do rio dos Cestos lhe foi posto porque os negros d'esta terra vem resguatar malagueta, a qual hé muito boa e arrazoada quantidade e esta trazem em huns Cestos, o que em toda a outra costa honde há a dita malagueta nom costumom trazer« (1).

Sôbre o preço da droga e sua variação nos dá Duarte Pacheco preciosas informações. Falando da Ilha da Palma e do comércio de escravos, que três léguas adiante se podia fazer, diz assim: «aguóra está este comercio danádo, porque quando se compráva um alqueire de malagueta por uma

---

sendo certo que o *Cabo de S. Clemente,* de Duarte Pacheco, fica muito para o sul e já próximo ao *Cabo das Palmas.* Deve, me parece, corresponder à *Ponta dos Bretons* ou à de *Fish town* (*Rot.,* p. 297). Na carta de Freire, que não vi, mas de que o visconde de Santarém transcreve os nomes por sua ordem *(Mem. sobre a prior.,* etc., p. 213) vem por estas alturas o *Cabo do Sacramento;* haverá êrro de leitura e será *Cabo de S. Cremente* com a ortografia então usada? Neste caso a nomenclatura de Freire estaria mais uma vez de acôrdo com a do *Esmeraldo.*

As latitudes ou «graos de ladeza», dadas por Duarte Pacheco, não se afastam muito das que hoje se admitem. Sendo para notar que as citadas no texto diferem às vezes das que estão reünidas em uma tabuada geral, o que sem dúvida é devido a erros de cópia. As que se referem à parte da costa que nos ocupa são as seguintes:

	No Esmeraldo	*Roteiro de Castilho*
Cabo do Monte	6° 40′	6° 44′
Cabo Mesurado	6° 20′	6° 19′
Rio dos Cestos	5° 30′	5° 26′
Cabo das Palmas	4°	4° 22′

A divergência maior no *Cabo das Palmas* é devida, sem dúvida, a ter o copista omitido os minutos.

Estas aproximações foram feitas ràpidamente e de modo algum as tenho por seguras, pois levantam não poucas dificuldades, cuja discussão saïria completamente do plano neste trabalho.

(1) Conquanto todo êste trabalho se prenda à questão tão disputada da prioridade do descobrimento da costa ocidental da África, e particularmente

manilha de latam, que teria em pezo meio arratel, e um escrávo por duas bacias, assi como as dos barbeiros, e aguóra val um alqueire de malagueta cinco e seis manilhas e um escrávo quatro e cinco bacias.» Donde se vê que o preço aumentara de um modo considerável, e que os negros tinham tirado partido da freqüência com que as nossas caravelas visitavam aquela costa. É para notar a circunstância curiosa de ter, relativamente, crescido mais o preço da malagueta que o dos escravos, ou porque a primeira fôsse mais procurada, ou (o que infelizmente é mais provável) porque o mercado andasse sempre abundantemente provido da mercadoria humana pelas guerras e correrias contínuas das populações do litoral e do interior.

Ainda merece ser citada uma observação feita por Pacheco quando, descrevendo a costa situada na proximidade da Lágea, diz: «neste lugar ha maior malagueta de toda esta costa»; observação pela qual se vê que as diferentes dimensões da planta e dos seus frutos e sementes tinham atraído a atenção dos portugueses já nos fins do século XV. Estas diferenças são, como vimos, bastante sensíveis, sendo os frutos e sementes de grandes dimensões na forma, que Roscoe, o dr. Hooker e outros botânicos admitiram como espécie distinta e descreveram sob o nome de *Amomum Melegueta,* e que o dr. Daniell tem por uma simples variedade (var. a. *majus* da *malagueta vera*), e sendo mais pequenas na espécie *Amomum Granum-paradisi* de alguns autores,

---

desta costa da Malagueta pelos portugueses, mui deliberadamente a não tenho querido tratar, porque, com perfeita sinceridade e desprendido de todo o falso patriotismo, a julgo fora de contestação. No entanto, não posso deixar de recordar que Villaud de Bellefond diz do Rio dos Cestos, que fôra assim chamado pelos portugueses: «*a cause d'une espèce de poivre qui y croit, qu'ils appellent sextos*»; e em outra parte, falando dos negros da Costa, diz: «*le peu de langage qu'on peut entendre est français. Ils n'appellent pas ce poivre sextos a la portugaise, ni grain a la hollandaise, mais malaguette.*» É dificil acumular tantos e tão palmares erros em tão poucas palavras! Pena é que estas ridículas asserções fôssem admitidas por escritores sérios e de boa nota.

a qual corresponde às duas variedades *(b. medium* e *c. minus)* do dr. Daniell (1). Da memória dêste botânico consta que a primeira forma é mais freqüente na parte média da área habitada pela planta, isto é, na extremidade meridional da costa da Malagueta, na costa do golfo de Guiné até ao delta do Niger e nas terras interiores do Sudão, enquanto que as formas menores abundam para o norte na costa da Serra Leoa, e para o sul em Fernando Pó, costa do Gabão e terras do Congo. Confirma-se assim a exactidão do reparo de Duarte Pacheco, pois que a Lágea estava situada na região aonde então, como ainda hoje, se devia encontrar a espécie ou variedade de sementes maiores.

Temos, portanto, provas numerosas e seguras de que os portugueses conheceram a *Malagueta,* souberam bem o seu valor, freqüentaram as terras donde é natural e distinguiram mesmo as variedades que os negros ofereciam à venda nas diversas localidades. Fica igualmente provado que os portugueses desviaram o comércio daquela especiaria do caminho moroso e difícil até então seguido pelo interior da África, abrindo-lhe via mais rápida e segura pelo Atlântico. De feito, se das terras sertanejas do Sudão continuaram a vir, como ainda hoje vêem, algumas pequenas porções através do Sáara, tôda a que se produzia na região ocidental passou a ser conduzida pelos nossos, os quais se senhorearam dêste comércio, como mais tarde do das drogas asiáticas.

Durante todo o XV século, e ainda no primeiro quartel do seguinte, se conservou êste monopólio nas mãos dos portugueses. Os reis de Portugal, escudados nas bulas de Nicolau V, de Calixto III, de Xisto IV e de outros papas, tendo os seus direitos garantidos por tratados celebrados com diversos soberanos, entre os quais avulta o de Tordesilhas de 1493, tratados que os declaravam e reconheciam

---

(1) Veja a pág. 42 e Nota da 2.ª ed. pág. 75.

por senhores exclusivos do comércio e navegação de Guiné, mantiveram com vigilante solicitude os seus privilégios. Algumas viagens de mercadores estrangeiros, que tentaram traficar na costa de África, deram lugar a reclamações diplomáticas prontamente atendidas (1), quando não foram reprimidas por meios mais expeditos e violentos, sendo apresados ou metidos a pique os seus galeões.

Correndo porém o XVI século, esta vigilância veio a afrouxar, começando os navios franceses e ingleses a freqüentar a costa de Guiné. As conquistas no Oriente, que não só traziam ocupadas tôdas as fôrças da nação, mas distraídos os ânimos para emprêsas que então se afiguravam mais lucrativas e gloriosas, contribuïram, sem dúvida, para que se descurasse a guarda das possessões africanas. A pimenta, a canela, o cravo e as outras ricas especiarias da Índia e da China, lançavam no esquecimento os mais conhecidos e menos valiosos produtos africanos. Continuaram, é certo, as restrições comerciais inspiradas pelo desejo de aproveitar as drogas de África e ainda mais pelo receio de que estas afrontassem no mercado os produtos da Ásia; mas essas restrições foram sendo sucessivamente mantidas com menor energia e cuidado. As nossas armadas conservavam-se, o

---

(1) Tais foram as viagens feitas pelos espanhóis no ano de 1475, de que fala D. Diogo Ortiz de Zuniga *(Annales ecl. y sec. de Sevilla,* p. 373. Madrid, 1677); e outras levadas a cabo, ou projectadas, no ano de 1478, a que se refere um documento citado por Navarrete *(Coll.,* t. II, p. 386). Mas logo no ano seguinte de 1479, feitas as pazes com Espanha, se reconheceram os direitos de Portugal ao exclusivo do comércio de Guiné. Veja-se também em Garcia de Rezende *(Chron. d'elrey D. João II,* cap. XXXIII e cap. LXXIII) a relação das duas embaixadas enviadas a Inglaterra em resultado dos preparativos feitos por João Tintam e Guilherme Fabiam, por ordem do duque de Medina Sidónia, para passar a Guiné, no ano de 1481; e anos depois, no de 1484, em virtude de igual tentativa do conde de Penamacor. Em um e outro caso foram desde logo dadas ordens expressas para que tais viagens não tivessem lugar, sendo mesmo o conde de Penamacor encarcerado na tôrre de Londres. Sôbre estas e outras reclamações diplomáticas veja-se o que diz o visconde de Santarém (*Recherches sur la déc.,* etc., p. 198 a 222).

mais do tempo, ocupadas nos mares da Índia e da China ou na guarda do estreito, fazendo apenas escala pelos portos de Guiné aonde pouco se demoravam. Iam-se assim tornando mais ousados os mercadores estrangeiros e mais repetidas as suas viagens. Abundam os documentos que nos fazem assistir, quási que dia a dia, a esta luta de Portugal com as nações marítimas rivais; que nos mostram o caminho de Guiné, aberto pelos portugueses e só dêles conhecido durante anos, devassado a pouco e pouco pelos outros navegadores, até que o monopólio de Portugal se torna insustentável e a igualdade se estabelece.

Os primeiros que navegaram para a costa da Malagueta foram os franceses: não só negociando nos seus portos, com quebra dos direitos de Portugal, mas atacando, como verdadeiros corsários, alguns navios menos veleiros e menos bem armados que encontravam isolados. Não é possível fixar exactamente a época em que as suas primeiras viagens tiveram lugar, mas deve ter sido no comêço do XVI século, pois que em 1531 já para ali se dirigiam com tanta freqüência, que a côrte de Lisboa se ressentiu destas violações repetidas dos seus direitos e entabulou longas negociações diplomáticas com a côrte de França para pôr côbro às invasões dos mercadores e corsários franceses. Tomaram parte nestas negociações, pelo lado de Portugal, os embaixadores D. António de Ataíde e o dr. Gaspar Vaz, e pelo da França, «o Cardeal de Sans, Legado e Chançarel de França, e os senhores de Memoransi, Grão-Mestre e Marichal, e de Biron Almirante de França»; podendo depreender-se da qualidade das pessoas a importância do negócio (1). Chegaram afinal

(1) *(Annaes d'el-rey D. João III,* por fr. Luís de Sousa, publicados por Alexandre Herculano, p. 374). Os plenipotenciários franceses, cujos nomes citei com a ortografia usada nos Anais, eram: Antonio du Prat, chanceler de França, que abraçando em idade já avançada o estado eclesiástico, veio a ser arcebispo de Sens, cardeal e legado *a latere;* o bem conhecido Anne de Montmorency, que então ainda não fôra elevado à dignidade de condes-

a um concêrto, sendo revogadas tôdas as cartas de marca e represárias, e publicando pouco depois o rei de França uma provisão, na qual proïbia aos seus vassalos contratar nas conquistas do rei de Portugal sob pena de confiscação de sua pessoa e bens (1). Era urgente obter estas providências, pois só no citado ano de 1531 tinham saído dos portos de Normandia, Picardia e Bretanha, não menos de sete navios com destino a Guiné. No entanto, o dr. Gaspar Vaz, que andava empenhado nestas reclamações e dá notícia da partida dêstes navios, parece acreditar pouco na eficácia das proïbições, pois recomenda com muita instância que os metam no fundo, único remédio seguro, na sua opinião, para que tais viagens não continuassem e o nosso comércio se não devassasse (2). De feito, as previsões do dr. Gaspar Vaz realizaram-se, porque as viagens continuaram. Ramúsio, dando conta da navegação de um capitão de Dieppe, que no ano de 1539 foi à Malagueta e muito além, dobrando o cabo de Boa Esperança e chegando a Samatra, afirma que os

---

tável, sendo simplesmente grão-mestre; e provàvelmente João de Gontault, barão de Biron, que consta fôra empregado em missões diplomáticas junto do imperador e do rei de Portugal. No entanto não o encontro entre os almirantes de França, sendo êste cargo desempenhado, na data das negociações, por Philipe de Chabot, conde de Charny; é porém possível que exercesse as funções de almirante temporàriamente e no impedimento do titular.

Estas ngociações sôbre as viagens dos franceses e as cartas de marca, continuaram por muito tempo, passando a França o conde da Castanheira e depois Bernaldim de Távora. Êste último levava, ao que parece, instruções para oferecer ao chanceler, ao grão-mestre e ao almirante, quatro mil cruzados a cada um, em cada ano, para os dispor melhor em favor dos interêsses de Portugal. Veja-se (*Ann. d'el-rey D. João III*, p. 376 e 379), e o que diz o visconde de Santarém (*Recherches sur la déc.*, etc., p. 216 e seguintes).

(1) Os capítulos de concêrto foram passados a 11 de Julho de 1531. Mais tarde os nossos direitos foram também reconhecidos no tratado concluído em Lião a 14 de Julho de 1536 e nas cartas patentes de Francisco I, datadas de Valença e de Lião de 8 e 27 de Agôsto do mesmo ano. Veja-se o visconde de Santarém (*Recherches*, etc., p. 219).

(2) Em um extenso e curioso despacho, de que vi o original na Tôrre do Tombo (*Corp. Chron.*, p. I, maço 47, doc. 75).

franceses corriam com freqüência a costa de Guiné (1). Fr. Luís de Sousa, relatando a partida de uma forte armada comandada por Manuel de Macedo, que no ano de 1540 passou à costa da Malagueta, diz que o seu destino era «fazer levantar os corsarios que a continuavam com teima e força» (2). Finalmente, no ano de 1542, dizia o conde da Castanheira, em uma espécie de *memorandum* sôbre o estado da fazenda pública: «o trato da malagueta he devasso de vinte e oito e vinte e nove annos a esta parte» e aconselhava como remédio fazer-se uma fortaleza naquela costa (3). Por tôdas estas afirmações se vê bem claramente que os esforços de Portugal para fazer respeitar os seus direitos, já pelas vias diplomáticas, já pela fôrça das armas, haviam sido baldados.

Não tardaram os ingleses em seguir o mesmo caminho. Thomas Windham em 1551, João Lok em 1554, Towrson por várias vezes nos anos seguintes, e pouco depois Butter, Fenner e Baker correram a costa da Malagueta e negociaram nos seus portos (4). É de notar, como prova, quanto ainda então aquelas paragens eram pouco conhecidas dos outros povos da Europa, que tanto os franceses como os ingleses

---

(1) Veja-se *(Delle nav. et viagg.,* etc., III, p. 417-v.°, ed. de 1565).

(2) *Annaes d'el-rey D. João III,* p. 306.

(3) (Ibid., p. 404). Deve-se notar que o conde não se refere ùnicamente ao trato da droga, mas ao comércio de tôda a costa, pois a palavra malagueta significa aqui a região e não a especiaria. Encontra-se muitas vezes, nos escritores daquele tempo, empregada a expressão *a malagueta,* por costa da Malagueta.

Se êste documento é, como parece, do ano de 1542, segue-se que as viagens dos franceses haviam começado pelos anos de 1513 ou 1514, um pouco mais cêdo do que supõe o visconde de Santarém *(Recherches,* etc., pp. 213-223).

(4) As narrativas destas viagens, publicadas por Eden e outros, foram depois reünidas na importante colecção de Hakluyt. Não tive esta obra à minha disposição, e só pude consultar a versão francesa, má e incompleta, que faz parte da *(Hist. gén. des voyages,* etc., II, p. 242 e seguintes, Paris, 1746).

procuravam o auxílio de portugueses que os guiassem nas suas primeiras viagens. A bordo do navio saído da Rochela no ano de 1531 ia como pilôto o português João Afonso, e em companhia de Windham foram António Anes Penteado (1), que então andava refugiado em Inglaterra, e outro português chamado Francisco.

Por esta época ainda a *malagueta* conservava a sua reputação e o seu valor, sendo procurada como um dos principais objectos de tráfico da costa de Guiné. O curioso despacho do dr. Gaspar Vaz, antes citado, dá notícia de uma pequena porção desta especiaria, que os franceses tinham trazido directamente da África: a Rução vieram 17 botas (2), e fôra informado de que em Flandres tinham vendido 5 ou 6, e porventura mais alguma nos portos de Inglaterra ou Escócia. Sôbre estas vendas havia o nosso embaixador dirigido uma reclamação ao almirante de França, da qual, na data do seu despacho, ainda aguardava a solução. É importante êste documento, porque prova que, se então já vinha alguma malagueta à Europa por mão dos franceses, era pequena a quantidade e não era facto vulgar (3), pois que esta venda insignificante chamava a atenção e provocava os reparos do embaixador de Portugal.

Nas relações das primeiras viagens dos ingleses vem

---

(1) Penteado tinha feito viagens a África, sendo mesmo encarregado da guarda da costa da Malagueta, antes de passar a Inglaterra, agravado por uma prisão que julgou injusta. Dos esforços feitos pelo infante D. Luís para que voltasse ao reino se deduz que era pessoa de importância. Foi vítima nesta viagem dos maus tratos e dissabores por que o fizeram passar os ingleses.

(2) A *bota,* ou antes *botta* segundo a ortografia proposta por Duarte Nunes de Leão, correspondia a duas têrças partes de uma pipa. Dava-se também êste nome a um barril grande ou barrica daquelas dimensões. Em barricas se trazia então habitualmente a malagueta. João Lok trouxe, em 1554, «*thirty six butts of graines*». O *butt* é uma barrica da capacidade de cento e vinte e seis galões.

(3) O visconde de Santarém cita brevemente êste despacho e diz que êle fixa a época em que a primeira malagueta foi levada ao mercado de Rução. Do teor do despacho não resulta bem claramente que fôsse a primeira vez, e ùnicamente se vê que não era um acontecimento vulgar e corrente.

igualmente mencionada a malagueta. Windham fala dos grãos, ou sementes do país de Sestros, como incluídos em um fruto quente, semelhante aos figos (1); não diz porém o nome, que parece ignorar. João Lok, que trouxe, como parte da sua carga, trinta e seis barricas daquela mercadoria, dá uma notícia bastante exacta dos frutos e das sementes, chamadas pelos médicos *Grana Paradisi* (2). Towrson é o primeiro que menciona o nome de *manegeta,* como sendo usado pelos negros (3), e dado às vezes à parte da costa aonde aquêle comércio era mais activo.

Se por êstes documentos se prova que os franceses e os ingleses já no meado do século XVI concorriam com os nossos no comércio da malagueta, prova-se igualmente que o seu trato era ainda limitado e não afrontava sensìvelmente o monopólio dos portugueses. De feito, as pequenas porções da droga a que se referem, contrastam com as avultadas quantias que os navios de Portugal lançavam nos mercados da Europa. Por uma carta de el-rei D. João III, de 5 de Fevereiro de 1533, se vê que havia, na casa da Índia, mil e quinhentos quintais de malagueta para vender (4). Anos depois, no de 1537, fazia-se, por intermédio do conde da Castanheira, a venda de quatrocentos quintais a doze cruzados o quintal (5). São suficientes êstes números para demonstrar a importância que ainda conservava para Portugal aquêle comércio.

---

(1) *...a very hote fruit, and much like unto a fig, as it groweth on the tree.* (Hakluyt, II, citado por Daniell).

(2) *They grow a foot and a half, or two foot from the ground, and are as blood when they are gathered. The graines themselves are called by the Physicians Grana Paradisi* (Ibid., p. 22, citado por Daniell).

(3) Já fiz notar que esta asserção, referindo-se a uma época posterior perto de um século ao descobrimento daquela parte da costa, nenhuma importância tem relativamente à primitiva origem do nome.

(4) *Annaes d'el-rey D. João III,* etc., p. 378.

(5) (Ibid., p. 401). Esta venda foi talvez realizada nas feitorias de Flandres, que ainda então existiam, sendo neste ano feitor Jorge de Barros; a feitoria de Flandres só foi desfeita no ano de 1549.

No entanto ia-nos escapando a pouco e pouco das mãos, pela marcha natural dos acontecimentos e mau grado os esforços da nossa diplomacia, um monopólio que na verdade era difícil de conservar, perante os progressos realizados pelas outras nações marítimas da Europa. De feito, é de crer que as proïbições emanadas dos governos, com os quais estávamos em relações amigáveis, se não tornassem efectivas com grande rigor, pois eram mais destinadas a dar satisfação aparente às nossas reclamações, que a tolher o desenvolvimento da navegação e comércio, por certo agradável a êsses governos.

Não vem para aqui a história da decadência do nosso poder marítimo. Quando Portugal, conquistada de novo a independência, fêz um esfôrço supremo para restabelecer o seu domínio sôbre algumas colónias, quási perdidas, e para recuperar outras que totalmente lhe haviam escapado, não pôde voltar ao estado de antiga supremacia. Não só tinha perdido o exclusivo da navegação e comércio nos mares de Guiné e do Oriente, já antes mais nominal que real, não só estava em presença de uma concorrência absolutamente livre, mas achava-se em estado de evidente inferioridade relativamente a outras nações. No que toca à costa ocidental do continente africano, apenas conservava o domínio da Guiné portuguesa e da vasta província de Angola. Nas regiões mais próximas ao Equador, onde mais activamente se fazia o comércio da malagueta, só ficou possuindo o insignificante forte ou feitoria de S. João Baptista de Ajudá. As outras possessões portuguesas passaram para as mãos dos holandeses e dos ingleses, que tomaram desde então a parte mais activa no comércio daquelas regiões. É certo que alguns navios portugueses continuaram, até a época presente, a concorrer com os das outras nações aos portos da costa da Malagueta e do golfo de Guiné; mas êste comércio feito em pequena escala e perdendo a feição exclusivamente portuguesa deixa de nos interessar neste estudo.

Ao passo que o comércio da malagueta perde a sua importância relativamente a Portugal, perde-a igualmente de um modo absoluto. A droga, outrora tão conhecida, foi a pouco e pouco caindo em desuso; já porque as suas propriedades medicinais ou aromáticas haviam sido exageradas e se foram reduzindo ao seu verdadeiro valor; já porque a crescente facilidade de comunicações fêz afluir aos centros de consumo outras substâncias vegetais das diversas partes do globo, de iguais ou superiores qualidades. Entre os negros continuou, e continua ainda, a ser usada como medicina e condimento estimulante. Ainda no século passado e princípio do corrente a predilecção dos negros por aquêle adubo dava alguma actividade ao comércio da malagueta, pois que se vendia fàcilmente na América, aonde estava acumulada uma grande população de escravos. É o que sucedia, por exemplo, na província da Baía, principalmente abastecida de escravos pela região de Benim e circunvizinhas, habituados à comida feita com azeite de palma e adubada com as substâncias vegetais aromáticas da sua terra natal. Hoje, porém, que o tráfico da escravatura está mui limitado, êste consumo deve ter diminuído, se não cessado inteiramente. Entre os povos civilizados, o emprêgo da malagueta é modernamente pouco considerável. No entanto dos portos das costas da Malagueta, do Marfim e do Ouro, ainda se embarca alguma para Inglaterra, França, Holanda, Estados Unidos e outros destinos. É empregada na preparação de medicamentos para os animais, raras vezes usada como condimento, servindo principalmente para dar um gôsto forte a alguns cordeais (1).

Como se vê, tem decaído muito da sua antiga nomeada a celebrada droga da Idade Média: tão celebrada que as suas supostas excelências e o mistério da sua origem lhe haviam conquistado o nome de semente do paraíso.

---

(1) Flückiger and Hanbury *(Pharmacographia,* p. 592).

V

CONCLUSÕES

É fácil, agora, resumindo o que levamos dito, definir em breves palavras qual foi a influência das viagens portuguesas sôbre o conhecimento daquela notável planta e sôbre o tráfico comercial a que deu lugar.

Vimos nas páginas precedentes, que a *malagueta* é a semente de uma espécie vegetal, o *Amomum Granum-paradisi,* localizada em uma vasta zona da África equatorial, que se estende das praias do Atlântico até a um limite oriental ainda pouco definido. A densa população de raça negra daquela região conheceu sem dúvida as suas propriedades e empregou-a desde épocas muito remotas. Ficou porém ignorada dos povos da Europa, que só em um período relativamente recente tiveram notícia das terras hoje geralmente designadas com o nome de Sudão.

À súbita e singular expansão da raça árabe, que se seguiu ao estabelecimento da religião maometana, se prendem os sucessos históricos que abriram ao comércio europeu aquelas ubérrimas terras. As invasões árabes na África setentrional, repelindo uma parte da população berbere que se não quis submeter ao domínio dos sectários do Islão, determinaram a sua migração para o interior, lançando-a sôbre a terra dos negros, com os quais já antes tinham comunicações, porém menos seguidas e freqüentes. Não tardaram os árabes em trilhar o mesmo caminho, internando-se no sertão e pondo-se também em contacto com a terra dos negros, o *Belad es-Sudan.* Êstes dois povos, afeitos à vida nómada, eram eminentemente próprios a percorrer, em longas e penosas viagens, os desvios de areia movediça ou de rocha escalvada e sáfara do Sáara. Estabeleceu-se assim o tráfico das caravanas, travando relações comerciais entre os portos do Medi-

terrâneo e as férteis regiões do Sudão. A Alexandria, a Trípoli e aos portos do Garbe afluiram os escravos, o ouro, o zibeto, a malagueta e outras mercadorias de Meli, de Cuquia, ou de Timboctu. Aos navegadores italianos, entre os quais sobrelevaram os venezianos, que durante séculos tiveram em suas mãos o comércio do Mediterrâneo, se deve sem dúvida a introdução na Europa dessas mercadorias, e entre elas da *malagueta.* Esta conjectura é confirmada pelo estudo feito nas páginas precedentes. A primeira menção da droga encontra-se, como vimos, em um livro italiano; depois abundam as notícias em livros igualmente publicados em Itália, e as referências à introdução pelos portos da Itália ou do meio-dia da França. Se bem as menções, de que tive conhecimento e que citei, sejam do século XIII e seguintes, tudo nos leva a crer que fôsse conhecida no século XII ou mesmo XI, pois já então havia relações com o Sudão. Como vimos, os italianos começaram desde logo a usar simultâneamente de duas designações: a de *malagueta* ou *melegeta,* provàvelmente de origem africana; a de *grana paradisi,* de invenção europeia, e que resume em si duas noções, a da excelência da droga e a da incerteza da sua pátria.

De feito, os italianos colheram dos mercadores africanos poucas e vagas notícias sôbre as terras centrais da África e as suas produções. E é natural que assim fôsse: mais ocupados de interêsses comerciais que de investigações científicas, contentavam-se com fazer permutações vantajosas, sem inquirir miudamente a natureza e origem das drogas. De mais, os berberes semi-selvagens e os árabes, na generalidade pouco mais cultos, mal poderiam esclarecê-los sôbre produtos cuja origem êles próprios talvez ignorassem, havendo-os recebido da mão dos negros. Continuaram por muito tempo as coisas neste estado: conhecida a droga e louvada; mais ainda do que razoàvelmente o mereciam as suas qualidades, ignorada a sua procedência vegetal e geográfica.

Corria o XV século quando os portugueses dobraram o

cabo do Bojador. Transposta esta temerosa meta das anteriores navegações, alongaram-se uns após outros e à porfia pela costa do Sáara, devassando os segredos do mar tenebroso e delineando nas cartas os contornos do grande continente africano. Atingiram enfim a foz do Senegal e penetraram pelo ocidente na terra dos negros, aonde os árabes haviam chegado pelo oriente e pelo centro. Costeando as praias de Guiné e penetrando nas suas baías e enseadas, subindo o curso do Senegal e do Gâmbia, explorando os vastos estuários do rio de Cacheu, ou do rio de Geba, os portugueses familiarizaram-se ràpidamente com as principais produções das novas terras. Nenhuma substância vegetal atraíu mais as atenções do que a *malagueta*. O exame detido que fizemos dos documentos contemporâneos mostrou-nos o alvorôço com que foi acolhido o encontro da célebre especiaria e o rápido incremento tomado pelo seu comércio, dando o nome a uma vasta região. Mostrou-nos também, o que mais nos interessa, como os portugueses observaram a planta, até então desconhecida dos povos da Europa. É certo que não encontramos nos seus escritos descrições acuradas e científicas, nem o podíamos esperar; mas patenteiam-nos um conhecimento exacto da planta, que distinguiram bem das que produzem a *pimenta de rabo* e a *pimenta de Guiné*. Noções mais perfeitas e rigorosas sôbre a estrutura da espécie vegetal não as havia então, nem as houve muito tempo depois, e só as encontramos nos trabalhos dos botânicos do fim do século passado ou do princípio dêste, que citámos nas páginas precedentes. Ao passo que os portugueses observavam pela primeira vez a planta, determinavam também os confins da sua habitação, descobrindo essas terras misteriosas, até então entrevistas apenas através das obscuras e incompletas relações dos árabes. De feito, os limites norte e sul da parte ocidental da área habitada por aquela espécie foram bem conhecidos dos portugueses; quanto aos limites orientais, se então permaneceram igno-

rados, ainda hoje estão pouco definidos. A impenetrável África não revelou por enquanto todos os seus segredos, não obstante os esforços de muitos exploradores e o sacrifício de muitos mártires da ciência, vítimas das inclemências do seu clima ou da crueza dos seus habitantes.

O descobrimento da malagueta e outros produtos da África equatorial, além de ter interêsse puramente botânico, resultante da observação de novas formas vegetais, assinala uma época notável na história comercial do mundo. Os portugueses, abrindo a êsses produtos o caminho do Atlântico, vibram o primeiro golpe ao tráfico dos árabes e à prosperidade das cidades marítimas da Itália. Desviando algumas mercadorias dos negros das cidades de Djenni ou de Timboctu, encetam a luta com os árabes, que se há de prosseguir na África oriental e na península Indo-gangética, estendendo-se até Malaca, ilhas Molucas e China. Luta que terminou pela vitória dos portugueses sôbre os árabes e os italianos; pela vitória do Atlântico sôbre o Mediterrâneo. O grande movimento comercial do Oriente abandonou durante três séculos o mar interior, para seguir o caminho apontado pelos navegadores de Portugal dobrando o cabo de Boa Esperança. Para que nos nossos dias o trato do Oriente voltasse à antiga via do Mar Vermelho, foi necessário que a indústria moderna levasse a cabo um intento colossal, perante o qual haviam recuado os monarcas egípcios, e rasgasse a estreita faixa de terra que ligava os continentes africano e asiático.

NOTA DA 2.ª EDIÇÃO

O Prof. Conde de Ficalho, sempre cuidadoso nas suas afirmações, insiste em vários pontos desta «Memória» na obscuridade e dúvidas existentes quanto à sinonímia e denominação das espécies, que produziam a droga nela tratada. Cita mesmo a confusão feita por Lineu, quanto ao Amomum Granum-Paradisi *e a não concordância havida nos trabalhos de Hanbury, Hooker e Daniell, sôbre a limitação e o valor de algumas formas, consideradas espécies por uns, simples variedades por outros.*

Fr. Gagnepain, que se dedicou durante largo período ao estudo das Zingiberáceas do Herbário do Museu de Paris e sôbre elas apresentou diversas notas à Sociedade Botânica de França, tentou esclarecer o caso daquela planta na sua 10.ª Nota (1).

Após observar que essa espécie é tão pouco conhecida dos botânicos contemporâneos, como o foi dos antigos, e depois de expor as razões que explicam a confusão existente sob o ponto de vista botânico, historia as opiniões havidas desde o século XVI até o século XIX sôbre os «Grãos do Paraíso», aos quais Gaspar Bauínio em 1671, no «Prodromus», já chamava «Melegueta sive Grana-Paradisi», para

(1) *Bull. de la Soc. Bot. de France*, T. 50ème,, 1903, pag. 356 et suivantes.

afirmar que o Amomum Granum-Paradisi *dos botânicos prélineanos, do próprio Lineu, de Roscoe e de outros é «um mito, um fantasma que ninguém conhece e que tal nome só deve ser aplicado à planta que W. J. Hooker descreveu em 1851»* (1). *O sábio director dos Reais Jardins de Kew, na descrição que acompanha a estampa do «Bot. Mag.», afirma que esta foi desenhada sôbre plantas provenientes de sementes de «Malagetta Pepper or Grains of Paradise» que lhe tinham sido enviadas da Serra Leoa, dentro das cápsulas, pelo missionário W. Young, e termina-a dizendo que a denominação «Melegueta or Mellegetta Pepper» tem sido dada aos frutos de diversas Zingiberáceas, entre outras àquela. Pereira, nos seus magistrais «Elements of materia medica and therapeutics», opina que o* Amomum Granum-Paradisi *Hook. não fornece os verdadeiros grãos do Paraíso, os quais seriam produzidos pelo* Amomum Melegueta *Roscoe e cita a existência de uma «Bastard Mellegetta» que seria proveniente do* Amomum Daniellii *Hook. fil. Sob o ponto de vista que interessa a esta «Memória» conclui Gagnepain que a origem da droga chamada Grãos do Paraíso (ou Malagueta) é complexa, e que há presunções que levam a admitir que diversos* Amoma *africanos, produtores de sementes com forte sabor picante, contribuem para o comércio daquela droga, sendo impossível ou, pelo menos, extremamente difícil fazer determinações por cápsulas desacompanhadas de mais elementos.*

Poucos meses antes da sua morte (1904), Karl Moritz Schumann, Professor de Botânica em Berlim, publicou uma monografia das Zingiberáceas (2), *trabalho muito completo, no qual aproveitou as notas de Fr. Gagnepain, incluindo a 10.ª anteriormente citada, e nessa monografia, por mais*

---

(1) *Curtis's Bot. Mag.*, vol. 77th., 1851, Tab. 4603.

(2) K. Schumann, Zingiberaceae, in *Ad. Engler, Das Pflauzenreich*, IV, 46, 1903.

de uma vez, se refere às dificuldades que as plantas dessa família apresentam aos botânicos. A propósito de J. G. Baker ter na «Flora of Tropical Africa», vol. VII (1898) dado uma área de dispersão de costa a costa e ilhas da África Oriental ao Amomum angustifolium *Sonnerat explica que tal engano foi possível, por serem os exemplares que observou muito semelhantes depois de secos, a tal ponto que, pertencendo a espécies diversas, as reüniu numa só. O próprio Schumann, depois de limitar a área de habitação dessa espécie à África Oriental e ilhas próximas, confessa que não tem a certeza do âmbito marcado por que podem os exemplares que examinou provenientes dessas ilhas, terem fugido da cultura.*

Quando um especialista do século XX fala dêste modo, não nos podemos admirar serem imperfeitíssimos os conhecimentos de Lineu e de outros grandes botânicos, que tinham de utilizar representações gráficas freqüentemente medíocres ou más e uma literatura pouco clara sôbre medicamentos e condimentos para bases da criação de espécies. Assim se explica porque é difícil, ou impossível, fazer desaparecer as dúvidas que suscitam uma sinonímia grande e confusa e descrições muito incompletas.

Tôdas as espécies africanas do género lineano Amomum *têem caracteres botânicos que as aproximam entre si e as afastam das da Ásia, da Austrália e da Polinésia, bastando citar que nas da África o fruto é uma baga pulposa e nas outras uma cápsula sêca, trivalve, o que levou Schumann a criar um género novo —* Aframomum *— cujo nome foi formado pelas palavras África e Amomum. Tôdas as espécies de que fala Ficalho pertencem portanto, actualmente, ao género* Aframomum, *e torna-se necessário ligar as novas denominações, resultantes de trabalhos posteriores a 1878, com as empregadas neste livro.*

Ficalho (pág. 42) diz: «*A* malagueta vera *parece ser produzida por uma única espécie, o* Amomum Granum-paradisi *Afz. da qual se encontram três variedades distintas*». *Vejamos cada uma de per si.*

A var. a. majus é, por Schumann, como já o fôra por Roscoe, citado na «Memória», uma espécie distinta, perfeitamente definida — Aframomum melegueta *(Roscoe) Schumann* (1), *existente na Serra Leoa, Camarões, Fernando Pó, S. Tomé e no Príncipe. (Welwitsch n.os 6459 e 6460). Apresenta em Angola uma variedade* violácea *(Ridl.) Baker, encontrada por Welwitsch no Golungo Alto nas margens de ribeiros (n.os 6457 e 6458). Schumann diz o seguinte, que traduzo:*

«*Esta planta apresenta sementes muito aromáticas e picantes chamadas durante muito tempo* grana-paradisi *e outrora extremamente apreciadas. Examinei repetidas vezes especimes colhidos cuidadosamente por Hanbury*». *Ficalho não a tinha querido considerar espécie distinta, embora tivesse citado o nome de* Amomum Melegueta *que lhe fôra dado por Roscoe* (2). *As dimensões dos frutos — 5 cm. — e das sementes — 5 mm. de diâm. — concordam com a frase — frutos e sementes grandes.*

A var. b. medium, que segundo Ficalho parece ser a que servira à descrição feita por Afzélius, é de facto o Aframomum granum-paradisi *(Hook.) Schum., com enorme sinonímia:* Amomum grandiflorum *Smith,* Amomum exscapum *Sims,* Amomum Azfzelü *Roscoe,* Amomum palustre *Afzélius. Existe na Serra Leoa (Afzélius), Bolama, regiões do Togo e do Niger, Lagos e é cultivado na América do Sul e Central.*

Suas sementes são aromáticas, com sabor a óleo de cajepute, mas não são picantes (3).

---

(1) Zing. pág. 204.
(2) Roscoe, *Monandrian plants*, 1828.
(3) Schumaun, *Zing*, pág. 213.

A var. c. minus de porte, frutos, sementes muito reduzidas concorda com o Aframomum meleguetella *Schumann, colhido por W. Young na Serra Leoa, em lugar não discriminado; a sua baga tem apenas 3 cm. de comprimento e as sementes apenas 2 mm. de diâmetro, mas tem sabor extremamente picante.*

Quanto à malagueta dubia, «*aproveitada pelos negros na falta da primeira, e servindo mesmo para adulterar a droga trazida aos mercados*», *Ficalho entende que é produzida por certo número de espécies bem distintas.*

Cita diversos nomes: o Amomum exscapum *Sims e o* Amomum palustre *Afzélius, que são hoje considerados sinónimos do* Aframomum granum paradisi *Hook; o* Aframomum longiscapum *(Hook. fil.) Schumann espécie da Serra Leoa, colhido por Daniell em lugar não determinado e cultivado por Hanhury em Clapham partindo de sementes enviadas da Guiné Superior pelo missionário Bockstatt; o* Aframomum latiforme *(Afzélius) Schumann, outra espécie das encostas montanhosas e arborizadas da Serra Leoa, com sementes levemente aromáticas, frutos ácidos, de sabor a limão, os quais constituem o* mabutú *ou* gigui *dos nativos, os quais lhe atribuem grande valor no tratamento de doenças febris;* Aframomum Daniellii *(Hook. fil.) Schumann, o Uçame das ilhas de S. Tomé e Príncipe, de Fernando Pó, dos territórios dos Camarões e de Gabão, descrito no Curtis's Botanical Magazine vol. n.º 4764 com o nome de Bastard Melliguetta, — tanto o* nome *botânico, como o inglês, já tinham sido empregados por Pereira na obra citada —, finalmente refere-se a* Amomum Pereirianum, *nome que não encontrei na monografia de Schumann nem tão pouco no Index Kewensis.*

Noutros pontos desta «Memória» estão ainda indicados dois outros Aframoma. *Um o* Aframomum angustifolium *(Sonn.) Schumann é originário da África Oriental, de Madagáscar e Seicheles, subespontâneo na Maurícia, ao qual*

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

Baker, e outros, por trabalharem com plantas sêcas, atribuiram habitação mais vasta, como já se disse; localizado na costa oriental africana, oposta à costa da Malagueta, não interessa como produtor dos frutos tratados nesta «Memória». O outro, Aframomum Korarima *(Pereira) Schum. é apenas conhecido pelos frutos e pelas sementes que são exportados dos mercados da Somália Alta por Massuá, Cairo, etc., e produzidos por planta que é desconhecida ou cuja identidade se ignora.*

Embora se possa afirmar que ainda há grandes lacunas no conhecimento botânico das plantas que fornecem essa especiaria, outrora tão rica, hoje de comércio decadente e em via de provável desaparecimento, há a notar a singularidade dos seus principais nomes. — Malagueta e Grãos do paraíso — se aplicarem a duas espécies botânicas perfeitamente definidas, e fàcilmente distinguíveis, quando em presença de exemplares completos; o Aframomum Melegueta *(Roscoe) Schumann e o* Aframomum Granum-paradisi *(Hook.) Schumann, o qual não produz a droga que lhe deu o nome. Hoje o conhecimento destas plantas quási que só pode interessar ao botânico sistemático.*

ÍNDICE

Pág.

Prefácio à 2.ª edição 11

Introdução... 13

I — *Do conhecimento que houve da Malagueta antes e durante as viagens dos portugueses*... 17

II — *Da origem da palavra Malagueta*... 29

III — *Das plantas que produzem a Malagueta, e da sua distribuïção geográfica*... 37

IV — *Do comércio da Malagueta, e da parte da costa a que se deu êste nome* 45

V — *Conclusões* 70

Nota da 2.ª edição... 75

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
BIBLIOTECA
INSTITUTO BOTÂNICO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
Departamento de Botânica
1322532892